



ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS-SUPRAM/NM

AVENIDA JOSÉ CORREIA MACHADO, S/N, IBITURUNA, MONTES CLAROS/MG, CEP: 39401-832.

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 54703/2015.

SUPRAM NORTE DE MINAS

Protocolo nº 20024603/2016

Recebido em 16/01/2016

Visto [assinatura]

ANGÉLO ANTONIO MENEGHETTI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 4.645.493-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 363.060.968-68, residente e domiciliado à rua Afonso Batista, nº 57, centro, São João do Paraíso, MG, CEP: 39540-000, por si e Representando a **DESTILARIA MENEGHETTI-LTDA**, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.753.733/0001-95, com sede na Fazenda Lagoa da Veada s/n, Zona Rural, KM 09, Estrada São João do Paraíso a Ninheira, do município de São João do Paraíso, MG, CEP nº 39540-000, por intermédio de seu procurador abaixo assinado, Jovino de Almeida Murta, brasileiro, divorciado, advogado regularmente inscrito na OAB/MG sob o nº 32.396, com escritório na Avenida Dr. Frederico Leão Bittencourt, nº 92, centro, Salinas, MG, CEP: 39560-000, onde recebe intimações e notificações, inconformados com os fundamentos que motivaram a lavratura do **AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL, Nº 54703/2015**, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 5º, LV da Constituição Federal c.c. artigos 33; 34 e seguintes do Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, bem como nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresentar a presente **DEFESA ADMINISTRATIVA**, aduzindo, para tanto, as seguintes razões de fato e de direito;

I – PRELIMINARMENTE:

1.1 – DA TEMPESTIVIDADE DA DEFESA.

Os autuados defendentes receberam via postal o r. Ofício nº 1934/2015, de emissão desta conceituada Superintendência Regional de Meio Ambiente SUPRAM/NM, anexado a este o **AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 54703/2015**, em 08/01/2016, conforme consta do espelho postal em anexo.

Av. Frederico Leão Bittencourt, n. 92 – Centro – Salinas/MG – CEP: 39560-000 – Telefax: (38) 3841-3510

e-mails: jovinoadv@uolvip.com.br / jovinomurta@adv.oabmg.org.br



Diante do exposto, presente o requisito essencial da tempestividade, pelo que desde já requer seja a Defesa recebida, devendo ser conhecida e provida para julgar inconsistente e finalmente improcedente o vergastado o Auto de Infração N° 54703/2015.

1.2 – DESCARACTERIZAÇÃO DAS AGRAVANTES:

Pelo Auto de fiscalização n° 142 de 19/11/2015, os agentes fiscalizadores do IEF, fls.1/2 agravaram a penalidade no art. 68,II, alínea C e art. 68,II, alínea J, fls.2/2, reconheceram, como agravante para elevação da multa em 30% em cada alínea declinada.

É de causar espanto e admiração com que se houve na espécie. Primeiro porque o empreendimento jamais deu prejuízos a terceiros; Segundo porque se periciado o local constatará sem sombra de nenhuma dívida que não houve poluição ou degradação imprópria para ocupação humana, nem para o cultivo a que se destina o imóvel. Introduziram as agravantes pelo intuito malvado de prejudicar o empreendedor, único gerador em grande escala de empregos à população do município de São João do Paraíso, MG.

NO MÉRITO

II.1 – DOS VÍCIOS APARENTES DE FORMA E DE CONTEÚDO PELAS OMISSÕES QUANTO À INDIVIDUALIZAÇÃO CLARA E PRECISA DA CONDUTA TIDA POR IRREGULAR:

O artigo 83, anexo I, Código 122 do Decreto n°44844 de 25/06/2008, descreve que: "causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em danos aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população."

Veja ! Excelência. O Auto de Infração n° 54703/2015, seu histórico, é completamente divergente do código capitulado no artigo 83, Código 122. descreve que: "Operar atividade potencialmente poluidora, causando poluição degradação ambiental, uma vez que foi verificada:- A ineficiência da caixa separadora de água e óleo-São-sisc-Bem como, manchas de óleo no solo.- Não foi verificado a instalação de sistema de prevenção e controle de erosões(presença de voçorocas no interior e no entorno do empreendimento).-Não possui sistema eficiente para tratamento dos efluentes sanitários."

Há que se destacar que os autuados já foram Notificados pelos Autos de Infrações de n°s. 46337/2015; com histórico "Instalar, construir, testar, operar, ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente Poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental".



Auto de Infração 46334/2015, com Histórico: "Descumprir condicionantes aprovadas na Licença de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras de monitoração ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental."

Ora! Se ao exame dos históricos do Auto de Infração Nº54703/2015, confrontando-o com os dois outros Auto de Infração de nºs. 46337/2015; Auto de Infração 46334/2015, chegar-se-á à conclusão que os agentes públicos somente mudaram os códigos, das infrações do mesmo artigo 83 do Decreto nº44844 de 25/06/2008, mas o objeto é o mesmo com concorrência de normativas sancionadoras. Trata-se, portanto, de duplicidade de sanções administrativa desaprovadas pelo Ordenamento Jurídico. No presente caso, é possível constatar a identidade dos Autuados, dos fatos e dos fundamentos das infrações. O princípio do "non bis in idem", apresenta uma face material, conectada com o princípio da proporcionalidade, segundo a qual a aplicação de uma determinada sanção pela prática de certa infração esgota a reação punitiva. Ninguém pode ser sancionado duas vezes pela mesma infração. A aplicação de uma outra infração pelo mesmo ramo do direito importaria em uma reação exagerada do ordenamento jurídico, o que significaria uma autêntica ruptura da proporcionalidade. Se todas as vezes que os agentes públicos fizerem vistorias no empreendimento aplicar uma multa pelos mesmos fatos mudando apenas o Código de Condutas, o empreendimento fechará suas portas porque não existe nenhum empreendimento que sustentará a quantidade de sanções pelo mesmo fato.

No caso em análise, a autoridade fiscal induz falsamente à supor-se que os autuados tenham incorridos em todas as condutas tipificadas nos Códigos do artigo 83 do Decreto 44844/2008.

Nem mesmo o termo de fiscalização nº 142 de 19/11/2015 à que alude o auto de infração contém descrição detalhada e individualizada de condutas tidas por irregulares que possam, de fato e de direito, tipificar às ações contidas no artigo art 83, anexo I, Código 122 do Decreto nº 44844/2008.

Com isso, a atividade Estatal, materializada no auto de infração eivado de vício de forma individualizada da conduta tida por irregular. Isso impede o exercício da atividade econômica e atrapalha a ampla defesa constitucionalmente assegurada ao recorrente, na exata medida em que não lhe permite conhecer e especificamente rebater a ação ou conduta supostamente irregular que se lhe atribui.

Ora, o artigo 31 do Decreto nº 44844/2008, dispõe que o auto de infração deverá conter:

- II - fato constitutivo da infração;*
- III - disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação;*
- IV - circunstâncias agravantes e atenuantes;*



E isso decorre do princípio do ônus da prova no procedimento fiscal, amplamente reconhecido pela doutrina e jurisprudência, que impõe à autoridade fiscal o dever de apresentar as provas dos fatos constituintes do direito do órgão atuante (ou da Fazenda Pública)

Ausente a indicação precisa e individualizada do fato, o auto se apresenta irregular, não subsistindo a sanção aplicada por vício insanável verificado na sua lavratura. Pelo exposto, requerem a Vossa Senhoria se digne de DECLARAR nulo o Auto de Infração nº 54703/2015, com o cancelamento da multa dele decorrente por ser de direito e cristalina JUSTIÇA.

II.2 – DO PROJETO DO EMPREENDIMENTO.

O Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental, anexado à presente defesa, mostra com clareza a conclusão e funcionamento da Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos Industriais, conforme projeto apresentado no plano de controle Ambiental PCA.

Concluiu pela construção de 02(duas) caixas separadoras de Água e Óleo com sumidouro e que estão funcionando normalmente, conforme as fotografias que instruíram o relatório.

Foram construído todo sistema de esgotamento sanitário composto de área de recepção dos dejetos, filtros anaeróbicos e fossas com sumidouros, conforme mostram as fotografias em anexo ao relatório.

Foram demolidas e retiradas todas as estrutural e construções na área de APP, tais como: Oficina Mecânica, Tanques de armazenamento de óleo diesel e bombas de abastecimento, sendo todos construídos em outros locais apropriados, e implantados o PTRF na área, veja fotografias.

Todas as lagoas de armazenamento de efluentes foram desativadas aterradas e realizada a recomposição da paisagem, através do plantio de mudas de Espécies nativas da região e Eucalipto, conforme mostram as fotografias.

Foram demolidas e retiradas todas as estruturas e construções na área de Proteção da Lagoa da Veada.

Assim, pelo exposto, acredita-se que o Auto de Infração 54703/2015, constitui de uma iniquidade sem precedentes, ditado e revestido de um intuito malvado de querer fazer caixa para o Estado em detrimento de um empreendimento essencial à população do município de São João do Paraíso.

V – DOS REQUERIMENTOS

Assim, pelas razões expostas requerem de Vossa Senhoria, se digne de chamar o processo administrativo à ordem, para declarar nulo o Auto de Infração



54703/2015 e, em consequência cancelada a multa aplicada, determinando arquivamento do mesmo por um imperativo de direito.

Ultrapassado o requerimento acima, o que se admite apenas pelo princípio da eventualidade, requerem nos termos do art. 81 do Decreto 44.844, de 25 de junho de 2008, seja o Auto de Infração nº 54703/2015 revisto por Vossa Senhoria, para a verificação da ilegalidade apontada, da razoabilidade, proporcionalidade, e dos demais critérios estabelecidos pelo Decreto nº 44.844/08.

Requerem ainda, caso alterado auto de infração, seja o defendente notificado da mesma reabrindo-se prazo para a defesa, nos termos do artigo 82 do Decreto nº 44.844 de 25 de junho de 2008, frisando a vedação da revisão em "reformatio in pejus" administrativo:


Requerem, em caso de eventual pena, seja descaracterizada as agravantes pela falta de nexos com os argumentos do Auto de Infração, conforme preliminar argüida nesta defesa.

Protestam nos termos do § 4º do art. 34 do Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008, pela juntada de outros documentos até que o processo seja remetido à conclusão da autoridade julgadora.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

De Salinas para Montes Claros/MG, 26 de Janeiro de 2.016.


P.p Jovino de Almeida Murta-adv.
OAB/MG 32.396

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento de procuração, **ÂNGELO ANTONIO MENEGHETTI**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 363.060.968-68, portador da Carteira de Identidade nº 4.645.493-/SSP-SP, residente à rua Afonso Batista nº 17, centro, São João do Paraíso, MG, por si e Representando a Empresa DESTILARIA MENEGHETTI LTDA, constituem seu procurador, o advogado Jovino de Almeida Murta, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/MG 32.396, CPF 159 505 496-00, com escritório à Av. Dr. Frederico Leão Bittencourt, nº 92, centro, Salinas, MG, CEP 39.560-000, a quem conferem os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para o **FORO EM GERAL**, com a **CLÁUSULA AD JUDÍCIA ET EXTRA**, onde apresentar, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes, tanto cíveis quanto criminais e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os em todos os seus trâmites, conferindo-lhe poderes para confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, representar os outorgantes perante a autoridade públicas administrativas, promover e assinar defesas ambientais, concernentes aos respectivos Autos de Infrações de nº 54703/2015, conforme Ofício nº 1934/2015 da SUPRAM NM da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Superintendência Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas em Montes Claros, MG, podendo apresentar defesas, requerer perícias administrativas, vistorias, e requerer aprovação de Termos de Ajuste de Condutas, extinção e ou diminuição de multas e seu respectivo parcelamento e tudo mais praticar, exercendo todos os poderes expressos acima, inclusive, substabelecer, no todo ou em parte, que tudo dará por bom, firme e valioso.

São João do Paraíso, MG, 20 de Janeiro de 2016.


Ângelo Antonio Meneghetti



SINGULAR

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.236.721/15-0



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**

DESTILARIA MENEGHETTI LTDA

CNPJ nº. 03.753.733/0001-95

NIRE nº. 31205929325 em 12/04/2000

Rodovia LMG 623 - São João do Paraíso a Ninheira KM 09, 5/nº, Zona Rural,

CEP: 39.540-000, São João do Paraíso - MG.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo assinadas:

ANGELO ANTONIO MENEGHETTI, brasileiro, casado sob o regime de separação total e absoluta de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.645.493-7 SSP/SP e devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF/MF nº. 383.060.968-68, residente e domiciliado no Sítio Santo Antonio, S/nº, Bairro Matão, Zona Rural, Caixa Postal 48, CEP: 17.300-000, na Cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo;

MENEGHETTI PARTICIPAÇÕES LTDA, empresa limitada, constituída por instrumento particular devidamente registrado sob o NIRE 35224624040, em sessão de 17/09/2010, com sede na Rua Tiradentes, nº. 695, Bairro Centro, CEP: 17.300-000, na Cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.610.800/0001-03, e Inscrição Estadual

JUCESP - E.R. BAIRRU



JUCESP

01

nº. 289.018.262.110 representada pelas sócias: SUZANA MIRIAM MENEGHETTI, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 21.532.059-1 SSP/SP e devidamente inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF/MF nº. 130.800.638-13, residente e domiciliada à Rua Tiradentes, nº. 511, Centro, CEP: 17.300-000, na Cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo; CRISTIANE DE CÁSSIA MENEGHETTI PULICI, brasileira, medica veterinária, casada no regime de comunhão parcial de bens, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21.532.056-6 SSP/SP e devidamente inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº. 130.800.418-44, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, nº. 511, Bairro: Centro, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, únicos sócios representando a totalidade do capital da empresa DESTILARIA MENEGHETTI LTDA, com sede na Rodovia LMG 623 - São João do Paraíso a Nínelra KM 09, S/N, Zona Rural, CEP: 39.540-000, na cidade de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais., devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.753.733/0001-95, e com o contrato arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, em sessão de 12 de abril de 2000, com o NIRE nº. 3120592932-5 e posteriores alterações sob nº. 2788436 em sessão de 20/06/2002, nº. 3019160 em sessão de 18/11/2003, nº. 3185508 em sessão de 22/06/2004, nº. 3248326 em sessão de 26/11/2004, nº. 3395920 em sessão de 17/08/2005, com filial nº 01 NIRE nº. 31901608713, na Rua Afonso Batista, nº 57, Centro, CEP: 39.540-000, na cidade de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais, com CNPJ nº 03.753.733/0002-76, nº. 3594413 em sessão de 29/09/2006, nº. 3724619 em sessão de 17/05/2007, nº. 4333461 em sessão de 03/05/2010, nº. 4611925 em sessão de 06/05/2011, arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, filial nº. 2 NIRE nº. 35902921982 em sessão de 22/09/2005 na Fazenda São Benedito, S/n.º, no Bairro Mariano Lopes, CEP: 17.300-000, na Cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo com CNPJ nº 03.753.733/0003-57 e filial nº. 3 com NIRE nº. 35903055022 em sessão de 22/09/2005, na Avenida 4 de Fevereiro, nº. 25, centro, CEP: 17.300-000, na Cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo com CNPJ nº 03.753.733/0004-38, nº. 235.056/06-6 em sessão de 10/10/2006, nº. 280205/07-7 em sessão 16/08/2007, nº 2.133.555/11-0 em sessão 18/11/2011, com filial nº 4 NIRE nº 35904098655, na Rua Aristonides Nogueira, nº 761, Jardim Canadá, CEP 14.600-970, na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, CNPJ nº 03.753.733/0006-08 e filial

JUCESP - E.R. BAURIL



JUCESP

01

nº 5, com NIRE nº 35904098663, na Avenida João Martins Coelho, nº 1348, Santa Antonieta, CEP: 17.512-310, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, CNPJ nº 03.753.733/0005-19, resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, proceder a 12ª (décima segunda) alteração contratual alterando as disposições contratuais como segue:

CLAUSULA PRIMEIRA:

DA FILIAL

A sociedade altera o endereço da filial Nº 02 para Avenida: Antônio Ferro, nº. 80 - A, Setor Industrial II, CEP: 17.300-000, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo.

CLAUSULA SEGUNDA:

Neste ato, ficam extintas a partir de 08 de Janeiro de 2015 as filiais de CNPJ/MF sob nº 03.753.733/0006-08, com sede na Rua: Arlstonides Nogueira, nº. 761, Jardim Canadá, CEP: 14.600-970, na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, registrada sob NIRE nº. 35904098655 e de CNPJ/MF sob nº. 03.753.733/0005-19, com sede na Avenida: João Martins Coelho, nº. 1.348, Santa Antonieta, CEP: 17.512-310, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, registrada sob NIRE nº. 35904098663, sem mais do interesse da sociedade em continuar com as filiais descritas acima.

Todas as demais cláusulas e condições não alteradas ou modificadas por este Instrumento particular permanecem em vigor.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA

DESTILARIA MENEGHETTI LTDA.

CNPJ/MF Nº 03.753.733/0001-95 - NIRE nº. 31205929925

JUCESP - ER. BAURIO



JUCESP

01

CLÁUSULA PRIMEIRA:

DA DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL:

2003.13

A sociedade, que é por prazo indeterminado, com a denominação social DESTILARIA MENEGHETTI LTDA, tem estabelecimento sede na Rodovia LMG 623 - São João do Paraíso a Ninheira KM 09, S/N, Zona Rural, CEP: 39.540-000, na cidade de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais, podendo constituir filiais ou escritório em todo território nacional, sendo que a contabilidade das filiais ficará centralizada na Matriz.

Parágrafo Primeiro - Com filial Nº 01 à Rua Afonso Batista, nº 57, Centro, CEP: 39540-000, na cidade de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais, CNPJ/MF nº 03.753.733/0002-76 e NIRE sob nº 3190160871-3;

Parágrafo Segundo - Com filial Nº 02 à Avenida: Antonio Ferro, nº. 80 - A, Setor Industrial II, CEP: 17.300-000, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, CNPJ/MF nº 03.753.733/0003-57 e NIRE sob nº 3590292198-2;

Parágrafo Terceiro - Com outro escritório administrativo - filial Nº 03, à Avenida 04 de Fevereiro, nº 25, Centro, CEP: 17300-000, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, CNPJ/MF nº 03.753.733/0004-38 e NIRE sob nº 3590305502-2;

CLÁUSULA SEGUNDA:

DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da sociedade compreende:

- a) Indústria e comércio de óleos essenciais vegetais e carvão vegetal;
- b) Extrato de Pirolenhoso e seus derivados;
- c) Cultivo de Eucalipto;
- d) Extração e tratamento de madeiras;
- e) Comércio atacadista de madeiras;
- f) Empacotamento de Carvão vegetal e produtos químicos em geral;

JUCESP - E.R. BAURM

JUCESP

01

g) Importação e exportação de produtos relacionados com o seu objeto social;

200315

CLÁUSULA TERCEIRA:

DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 1.398.000,00 (um milhão trezentos e noventa e oito mil reais), divididos em 1.398.000 (um milhão trezentos e noventa e oito mil) cotas iguais no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuído:

SÓCIOS	COTAS	VALOR EM R\$	PORCENTAGEM %
Angelo Antonio Menegheti	699.000	R\$ 699.000,00	50%
Meneghetti Participações Ltda	699.000	R\$ 699.000,00	50%
TOTAL	1.398.000	R\$ 1.398.000,00	100%

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil de 2002.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade dos sócios é subsidiária, nos termos do art. 997, Inciso VIII, do Código Civil.

Parágrafo Terceiro - Cada cota, nas decisões e deliberações da sociedade, corresponderá ao direito de um voto por seu detentor

CLÁUSULA QUARTA:

DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade é por tempo indeterminado, tendo início das suas atividades com o registro do seu Contrato Social junto ao órgão competente, em , 12/04/2000 registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE 3120592932-5.

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

JUCESP - ER. BAURU 5

JUCESP

01

CLÁUSULA QUINTA:
DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

A administração da Sociedade será exercida pelo sócio Ângelo Antonio Meneghetti, e pelas Administradoras não sócias Suzana Miriam Meneghetti e Cristiane de Cássia Meneghetti Pulici, já qualificados anteriormente, por si, assinarão isoladamente, cabendo-lhes a prática dos seguintes atos: (I) representar ativa ou passivamente em juízo e fora dele perante terceiros ou perante os poderes públicos, repartições federais, estaduais e municipais e respectivas autarquias, bem como perante sociedades de economia mista e entidades paraestatais, e ainda, perante as entidades privadas, bancos ou estabelecimentos de crédito, inclusive para a movimentação das contas sociais; (II) praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais, autorizado o uso da denominação social, exclusivamente para negócios da própria Sociedade; (III) assinar todo e qualquer documento que importe responsabilidade ou obrigação para a Sociedade, inclusive contratos de qualquer natureza, emissão ou saque de cambiais, cheques e outros títulos, ordens de pagamento e outros documentos, tendo poderes que a Lei lhe outorga para praticar todos os atos que se relacionarem com o objeto social, e para assegurar o funcionamento regular da sociedade.

Parágrafo Primeiro – Os atos de qualquer dos sócios isoladamente, administradores, procuradores ou funcionários da Sociedade que a envolverem em qualquer obrigação e/ou responsabilidade relativa aos negócios ou operações estranhos ao seu objeto social, tais como a concessão de fianças, avais, endossos ou qualquer outra garantia em favor de terceiros, são expressamente vedados por este instrumento, sendo considerados nulos, inoperantes e sem qualquer efeito em relação à Sociedade ou terceiros.

Parágrafo Segundo – No exercício da administração, os sócios farão jus a uma remuneração mensal, a título de *pro-labore*, cujo valor será fixado pelos sócios que representem a totalidade do do capital social da Sociedade e levada à conta de despesas gerais da Sociedade.

Parágrafo Terceiro: Nos termos do artigo 1061 da Lei 10406/2002, deliberam os sócios que a sociedade poderá manter Administrador não sócio.











JUCESP - ER BAURU 6

JUCESP

01

CLÁUSULA SEXTA:

EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADO FINANCEIRO

000000

Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, será realizada a elaboração do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros e as perdas apurados, podendo, todavia, optarem pelo aumento do capital com utilização dos lucros e/ou pela compensação dos prejuízos em exercícios futuros.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais mensais ou trimestrais, sendo que o lucro apurado nestas demonstrações poderá ser distribuído antecipadamente aos sócios, a título de distribuição de lucros, proporcionalmente às cotas de capital de cada um.

Parágrafo Segundo - A participação de cada sócio nos lucros e nas perdas será proporcional às respectivas cotas sociais, na forma especificada, salvo estipulação em sentido contrário firmado por acordo dos sócios cotistas.

CLÁUSULA SÉTIMA:

DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações sociais serão tomadas pela totalidade dos votos, em reunião própria ordinária ou extraordinária, convocada com indicação de local, data, hora e ordem do dia e, devem, dentre outras, necessariamente, tratar das matérias indicadas na lei, incluindo-se a aprovação de contas da administração, a designação dos administradores, quando feita em ato separado, a destituição dos administradores, o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato, a modificação do contrato social, a incorporação, a fusão, a cisão e a dissolução da sociedade ou a cessação do estado de liquidação, a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas, o pedido de recuperação judicial da empresa.

Parágrafo Primeiro - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira, bem como em segunda convocação, com a totalidade dos sócios.

JUCESP - E.R. BAURU

JUCESP

01

Parágrafo Segundo - Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata, em livro próprio da Sociedade, que será assinada pelos sócios presentes na reunião, sem prejuízo dos demais presentes que queiram, também assiná-la.

Parágrafo Terceiro - As deliberações sociais poderão ser tomadas com a dispensa da reunião a que trata o caput desta cláusula, sempre que todos os sócios decidirem, por escrito, sobre as matérias constantes da ordem do dia.

Parágrafo Quarto - Uma reunião dos sócios realizar-se-á, obrigatoriamente, no mínimo uma vez ao ano, dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas do administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, designar administradores, quando for o caso; tratar de outros assuntos contidos na ordem do dia, conforme dispõe o art.1.078, incisos I a III do Código Civil.

CLÁUSULA OITAVA:

DA CESSÃO DE COTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

As cotas sociais e os direitos delas decorrentes somente poderão ser cedidas e/ou alienadas a terceiros, desde que, notificado por escrito e com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, os demais sócios, pessoas físicas ou jurídicas, para exercer o direito de preferência na aquisição, e, somente no caso destas, não se manifestarem à respeito, ou manifestando desinteresse na aquisição, é que viabilizará, que as cotas sejam oferecidas a terceiros. Uma vez oferecida a terceiro as cotas, ainda em segundo plano, deverão novamente ser oferecidas a preferência dos demais sócios, de forma expressa e contendo o valor da proposta do terceiro, para que os demais sócios, no prazo de 30 (trinta) dias desta nova comunicação de preferência a exercitem, em iguais condições e, somente no desinteresse destes, é que poderá ocorrer a alienação das mesmas.

Parágrafo Primeiro - No caso da Notificação em segundo plano de preferência, esta deverá conter para sua validade, o nome e a qualificação civil do terceiro interessado na aquisição das cotas, o preço por ele proposto e as condições para o pagamento. Além da

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

JUCESP - E.R. BAURU 8

JUCESP

01

comprovação da solvabilidade do proponente, demonstrando que o mesmo tem condições de pagar o preço proposto, nas condições que forem nela mencionadas.

Parágrafo Segundo - No mesmo prazo reservado à manifestação do interesse no exercício do direito de preferência, de que trata o parágrafo, poderá a Sociedade ou os sócios que representem pelo menos a metade do capital social, vetar a alienação ao terceiro indicado, justificando, por escrito, a negativa.

Parágrafo Terceiro - No caso de mais de um dos sócios manifestar seu interesse no exercício do direito de preferência, a cessão das cotas e/ou dos direitos de subscrição se fará na proporção das cotas que na época do evento possuir cada um dos que vierem a se manifestar.

Parágrafo Quarto - Se não efetivada a cessão após as notificações acima, e, no caso do sócio alienante, continuar no seu propósito de alienar suas cotas sociais, todo o procedimento descrito neste Capítulo, no tocante ao exercício do direito de preferência, em primeiro e segundo plano, deverão ser renovados, mesmo quando o pretendente a aquisição das cotas, na nova ocasião, seja o mesmo anteriormente indicado.

Parágrafo Quinto - São absolutamente impenhoráveis as quotas sociais por dívidas particulares dos sócios. Não se admitirá, por outra via, a oneração das quotas em garantia de negócios de qualquer natureza, ou a sua dação em pagamento, sem a expressa aprovação por deliberação majoritária dos sócios.

CLÁUSULA NONA:

RETIRADA, FALECIMENTO, INTERDIÇÃO E EXCLUSÃO DE SÓCIO

A Sociedade não se dissolverá pela retirada de qualquer dos sócios, podendo a falta de pluralidade ser suprida em 180 (cento e oitenta) dias, caso haja interesse de mantê-la.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os haveres do sócio retirante (incluindo inclusive o valor da Marca da Empresa) deverão ser pagos em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e

JUCESP - ER. BAURU

JUCESP

01

consecutivas, acrescidas de juros simples de 12% ao ano, sendo as parcelas corrigidas pelo índice adotado, à época pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vencendo a primeira prestação 60 (sessenta) dias após o evento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de falecimento, impedimento ou interdição do sócio Pessoa Física, bem como, dissolução, falência, ou qualquer outra forma de extinção da sócia Pessoa Jurídica, a sociedade prosseguirá suas atividades com o(a) sócio(a) remanescente, juntamente com os herdeiros ou sucessores daquele(a), que serão admitidos na Sociedade e, caso estes não queiram continuar no quadro societário, os seus haveres serão pagos conforme "Parágrafo Primeiro desta cláusula".

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de afastamento em definitivo do sócio Pessoa Física Sr. ÂNGELO ANTONIO MENEGETTI, a sócia remanescente Pessoa Jurídica MENEGETTI PARTICIPAÇÕES LTDA, bem como os herdeiros, inventariante daquele, obrigam-se no prazo de 05 (cinco) dias, do evento do afastamento, nomear como único representante dos herdeiros o Sr. PETERSON CRISTIANO MENEGETTI, brasileiro, casado sob o regime de separação total e absoluta de bens, Administrador, portador da Cédula de Identidade - RG nº. 25.825.932-2 SSP/SP, devidamente inscrito no CNPF/MF sob nº. 174.016.758-97, residente e domiciliado à Rua Antonio Mangili, nº. 9, Parque Residencial Vila Rica, CEP: 17.300-000, na cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso a época do evento o Sr. PETERSON CRISTIANO MENEGETTI esteja afastado ou impedido de exercer sua atividade acima, será realizado em 05 (cinco) dias, do evento do afastamento e nomeação do cargo de inventariante, a eleição de um Conselho, com todos os herdeiros do sócio Pessoa Física, bem como, com a sócia Pessoa Jurídica remanescente. Nesse Conselho será decidido qual dos herdeiros exercerá a função de Administrador da Sociedade juntamente com a sócia Pessoa Jurídica remanescente.

10

JUCESP - ER. BAURU



JUCESP

01

PARÁGRAFO QUINTO – O mesmo procedimento descrito nesta cláusula, será adotado nos casos de exclusão de sócio, por justa causa ou para qualquer outro caso em que a sociedade se resolver em relação a um sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA:

DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Em caso de dissolução da Sociedade, serão liquidantes os sócios em conjunto, ou pessoa indicada em comum pelos sócios, que caberá apurar os haveres da Sociedade, empregando-os na liquidação das obrigações sociais. Os haveres remanescentes se houver, serão divididos entre os sócios proporcionalmente ao número de cotas que cada um possuir no capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

DOS IMPEDIMENTOS

Para os efeitos do disposto no art. 1.011, § 1º do Código Civil, os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por estar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso aos cargos públicos; ou por crimes falimentares, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.



JUCESP

01

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

DISPOSIÇÕES FINAIS

200315

Por deliberação dos sócios que representem a totalidade do capital social poderão ser introduzidas modificações neste Contrato, bem como poderá ser promovida a incorporação, fusão, cisão ou transformação da sociedade.

Fica eleito o foro da Comarca de Dois Córregos, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, preferindo-se qualquer outro, por mais especial que seja.

Aos casos omissos neste contrato aplicam-se as normas do Código Civil (Lei nº 10.406 de 10/01/2002 alterado Lei nº 11.280, de 16/02/2006), previstas para as sociedades limitadas e supletivamente a Lei das S/A (Lei nº 6.404 de 15/12/1976).

E por estarem assim justos e contratados, lavrou-se o presente instrumento particular em 03 (três) vias de 13 (treze) laudas, de igual teor, na presença de duas testemunhas instrumentárias, pelo que, por si, seus herdeiros ou sucessores, se obrigam a bem e fielmente cumpri-lo.

São João do Paraíso - MG, 25 de Fevereiro de 2015.

ANGELO ANTONIO MENEGHETI

RG Nº. 4.445.493-7 SSP/SP - CPF/MF Nº. 161.000.903-68

12

JUCESP - E.R. BAURU



JUCESP

01

Meneghetti Participações Ltda.

20 03 15


SUZANA MIRIAM MENEGHETTI

RG NR. 21.532.055-1 SSP/SP - CPF/MF NR. 130.800.638-13


CRISTIANE DE CÁSSIA MENEGHETTI PULICI

RG NR. 21.532.054-6 SSP/SP - CPF/MF NR. 130.800.418-44

TESTEMUNHAS:


ANSELMO APARECIDO CAMILLI

RUA 15 DE NOVEMBRO, Nº. 110 - DOIS Córregos - SP

RG NR. 11.002.063 SSP/SP - CPF/MF NR. 959.799.808-49

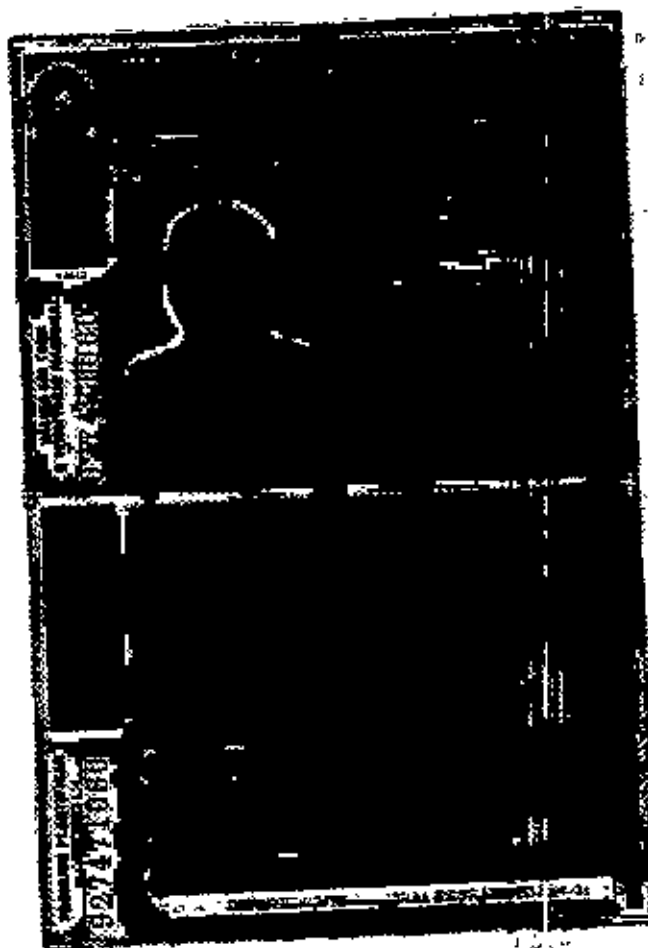

JULIANA CAROLINA RUSSO

RUA: DR. LUIS CARLOS SCATIMBURGO, Nº. 45 - DOIS Córregos - SP

RG NR. 40.431.783-5 SSP/SP - CPF/MF NR. 345.113.198-95



JUCESP - E.R. BAURÉ



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA****NUMERO DE INSCRIÇÃO**
03.753.733/0001-95
MATRIZ**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE
SITUAÇÃO CADASTRAL****DATA DE ABERTURA**
12/04/2000**NOME EMPRESARIAL**
DESTILARIA MENEGHETTI LTDA**TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)**
*******CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL**
20.93-2-00 - Fabricação de aditivos de uso industrial**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS**
20.29-1-00 - Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente
02.10-1-08 - Produção de carvão vegetal - florestas plantadas
02.10-1-07 - Extração de madeira em florestas plantadas
02.10-1-01 - Cultivo de eucalipto
46.71-1-00 - Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA**
208-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**LOGRADOURO**
ROD LMG 623 - SAO JOAO DO PARAISO A NINHEIRA**NÚMERO**
S/N **COMPLEMENTO**
KM: 09 ;**CEP**
39.540-000 **BAIRRO/DISTRITO**
ZONA RURAL**MUNICÍPIO**
SAO JOAO DO PARAISO**UF**
MG**ENDEREÇO ELETRÔNICO**
JILSON@CONNECT.COM.BR**TELEFONE**
(35) 3222-2868**ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)**
*******SITUAÇÃO CADASTRAL**
ATIVA**DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL**
26/12/2003**MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL****SITUAÇÃO ESPECIAL**
*******DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL**

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 25/01/2016 às 14:24:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

JO491909973BR



O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real de entrega.



Objeto entregue ao destinatário

08/01/2016 16:12 São João Do Paraíso / MG

08/01/2016 16:12 São João Do Paraíso / MG	Objeto entregue ao destinatário
04/01/2016 15:41 São João Do Paraíso / MG	Objeto aguardando retirada no endereço indicado AV DR. OZÓRIO ADRIANO DA ROCHA -- 313 Centro São João Do Paraíso / MG
29/12/2015 16:20 Montes Claros / MG	Objeto postado



GOV. DO ESTADO - MG - AS GERAIS

Sekretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental
Norte de Minas



OFÍCIO SUPRAM NSENº 1934/2015- SUPRAM/NM
REFERÊNCIA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 54703/2015

Montes Claros, 28 de Dezembro de 2015

Prezados Senhores,

Comunicamos que em visita realizada no empreendimento Ângelo Antônio Meneguetti, verificou-se que o empreendedor cometeu infração ambiental.

Em vista disso, foi lavrado o Auto de Infração nº 54703/2015 (em anexo) que estamos encaminhando.

Na oportunidade, conforme previsão do art. 33 do Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008, lembramos que esta empresa dispõe do prazo de vinte dias, contados do recebimento do Auto de Infração, para apresentar defesa endereçada à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas - SUPRAM/NM situada na Avenida José Corrêa Machado, s/n, Ibituruna, Montes Claros - MG, Cep: 39407-832

Colocamo-nos à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Diretor Regional de Regularização Ambiental NM

Rafaela Câmara Cordeiro
Gestora Ambiental SUPRAM NM - Jurídico

José Daniel Cascolo Figueiredo
Estagiário - Jurídico

Ângelo Antônio Meneguetti
Rua Afonso Batista, 57 - Bairro Centro,
São João do Paraíso - MG
CEP: 39540-000.

Avenida: José Corrêa Machado, s/n - Bairro Ibituruna - Montes Claros - MG
CEP: 39407-832 Tel: (35) 3224-7500

Inf.	Ar.º	Abex.	Código	Inciso	Alínea	Deureto ano	Lei ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
I	82	I	122	-	-	44844/08					

Atenuantes					Agravantes						
Nº	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	Aumento
1	68	II	-	C	30%	2	68	II	-	J	30%

12. Recorrência: ☐ Recorrencia ☐ Especifica ☐ Não foi possível verificar

Infração	Par.º	Penalidade	Valor	<input checked="" type="checkbox"/> Acréscimo	<input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
I		Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 30.092,27	18.031,30		48.093,67
		Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
		Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
		Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
		Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
ERP		Kg do pescado	Valor ERP por Kg. R\$	Total: R\$		
ERP		Kg do pescado	Valor ERP por Kg. R\$	Total: R\$		

Valor total de reposição de Reposição da Pesca R\$

Valor total das multas R\$ 48.093,67

Valor total das multas R\$ 48.093,67. OBRIGATA E CITAÇÃO MIL. QUENTAR TRÊS SEAS E SEGUINHA E TRÊS SEAS

Valor total das multas R\$ 48.093,67. OBRIGATA E CITAÇÃO MIL. QUENTAR TRÊS SEAS E SEGUINHA E TRÊS SEAS

Valor total das multas R\$ 48.093,67. OBRIGATA E CITAÇÃO MIL. QUENTAR TRÊS SEAS E SEGUINHA E TRÊS SEAS

Anotação complementar: Recomendações/Observações

FICA A OBRIGATORIA A ATIVIDADE DE SILVICULTURA, COM CUIDADO
 AS ÁREAS DE OBRIGATORIA E LAVAGEM DE VEÍCULOS FICA AUTO
 A OBRIGATORIA A REALIZAÇÃO DE TRATOS CULTURAIS PARA
 A OBRIGATORIA DA CULTURA

15. Testemunha	Nome Completo	Nº	Km	Bairro	Logradouro	Município
15. Testemunha	JOÃO ALVES BRUNO	900	IBITURUNA	MONTE LAROS		
16. Testemunha	ANA CAROLINA SILVA	900	IBITURUNA	MONTE LAROS		

O AUTUADO L. M. P. DE 15 DIAS DE PRECUIÇÃO DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA O PRESIDENTE TAM. DIRETOR GERAL TAM. NO NEGLIGENTE FUNDAR O

L. M. P. DE 15 DIAS DE PRECUIÇÃO DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA O PRESIDENTE TAM. DIRETOR GERAL TAM. NO NEGLIGENTE FUNDAR O

17. Assinaturas	Assinatura do Autuado	Assinatura do Autuado/Representante Legal
17. Assinaturas	GILBERTO L. M. P. DE 15 DIAS DE PRECUIÇÃO DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA O PRESIDENTE TAM. DIRETOR GERAL TAM. NO NEGLIGENTE FUNDAR O	GILBERTO L. M. P. DE 15 DIAS DE PRECUIÇÃO DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA O PRESIDENTE TAM. DIRETOR GERAL TAM. NO NEGLIGENTE FUNDAR O



OFÍCIO : Nº 002 / 2.014

PARA : SUPAM – NM – MONTES CLAROS – MG

A / C : MÁRCIA DA CONCEIÇÃO LOPES FONSECA

ASSUNTO: ENTREGA DE RELATÓRIOS (RADA / PTRF E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

DATA : 05 – 12 – 2.014

REF: PROCESSO RADA Nº: 1352/2002/004/2011 e RESERVA LEGAL Nº 07953/ 201

Prezada Senhora,

Vimos através deste, informá-la do protocolo de entrega dos Documentos abaixo relacionados, referente Processo acima mencionado da Destilaria Meneghetti Ltda:

- 1 – RADA – Relatório de Avaliação e Desempenho Ambiental;
- 2 – Relatório de Informações Complementares das Condicionantes;
- 3 – PTRF – Projeto Técnico de Reconstituição da Flora;
- 4 – Termos de Reserva Florestal das Fazendas Lagoa da Veada e Redonda;
- 5 – Certidões de Inteiro Teor das Fazendas Lagoa da Veada e Redonda;
- 6 – Anexos (Fotos, Resultados das Análises Laboratoriais);

Na certeza, que nossa solicitação seja deferida com sucesso, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

DESTILARIA MENEGHETTI LTDA

CNPJ: 03.753.733 / 0001 – 95

COPAM Norte de Minas	
Processo nº	R.035.0301/2014
Protocolo em	05/12/2014
Visto	



Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental **R A D A**

Propriedade: Destilaria Meneghetti Ltda

CNPJ : 03.753.733 / 0001 - 95

Município : São João do Paraíso - MG

Dezembro / 2.014

1 – IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:



- **PROPRIETÁRIO:** Angelo Antônio Meneghetti e Outros.
- **CPF** : 060.363.968 – 68 .
- **ENDEREÇO** : Rua Afonso Batista, Nº 57, Centro, Cep: 39.540 – 000, São João do Paraíso – MG.
- **TELEFONE** : (38) 3832 – 1150 / 1566 – (38) 9953 - 8893.
- **EMAIL'S** : ILMAR@DESTILARIAMENEGHETTI.COM.BR / SUZASJP@YAHOO.COM.BR.
- **RESPONSÁVEL TÉCNICO:** Marcionilo Pereira Neto, Técnico em Agropecuária, CREA-MG: 33.950 / TD, Rua Jordelina Ferreira Capuchinho, Nº 401, Centro, Cep: 39.540 – 000, São João do Paraíso – MG, Email: suzasjp@yahoo.com.br., Fone: (38) 9977 – 1940.
- **PROPRIEDADE** : Destilaria Meneghetti Ltda.
- **CNPJ** : 03.753733 / 0001 – 95 .
- **ENDEREÇO** : Rodovia LMG 623 Km 10.
- **ENDEREÇO / CORRESPONDÊNCIA** : Rua Afonso Batista, Nº 57, Centro, Cep: 39.540 – 000, São João do Paraíso – MG.

2 – CONDICIONANTES – PROCESSO 1352 / 2002 / 001 / 2002:

- **CONDICIONANTE Nº 1:** Implantar e Iniciar Operação da Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos Industriais, conforme projeto apresentado no Plano de Controle Ambiental – PCA.
- **Resposta:** Foram construídas 02 (Duas) Caixas separadoras de Água e Óleo com sumidouro, atualmente elas foram reformadas e estão funcionando normalmente, conforme mostram as fotos anexas, todo óleo retirado no processo de separação, são reutilizados no uso de Motosserras e a água canalizada para uma sumidouro (Fossa); Foram instalados 02 (Dois) Tanques de Metal, com filtro de brita e areia, capacidade de 5000 (Cinco Mil) Litros cada, com relê de nível, onde todo o resíduo oriundo da Produção de Óleo Essencial de Eucalipto é conduzido e posteriormente utilizado na irrigação do Eucaliptal via fertirrigação.



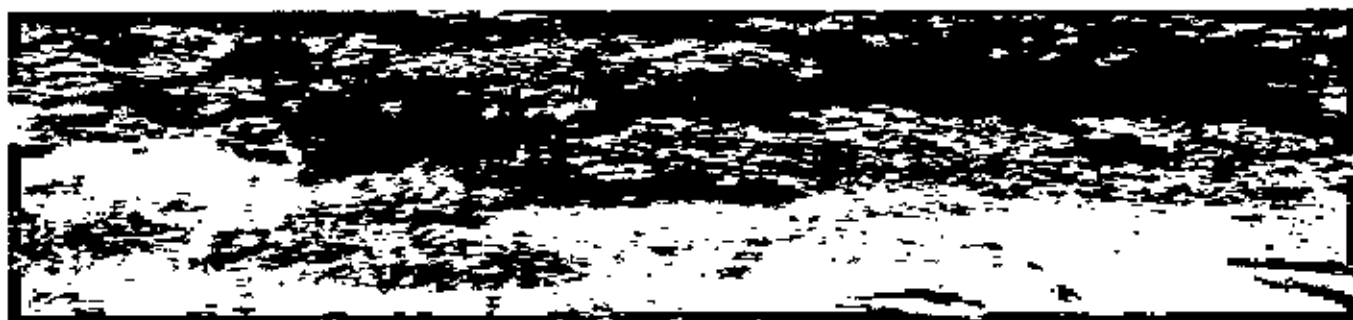
- **CONDICIONANTE Nº 2:** Implantar o Sistema de Drenagem Pluvial dos Pátios e Arruamentos, conforme projeto apresentado no Plano de Controle Ambiental – PCA.
- **Resposta:** Foram construídos vários diques de Contenção de Águas Pluviais, conforme mostram as fotos anexas; Sendo também reformados e adequados novos arruamentos para adequação aos cumprimentos da condicionante, conforme mostram as fotos anexas.

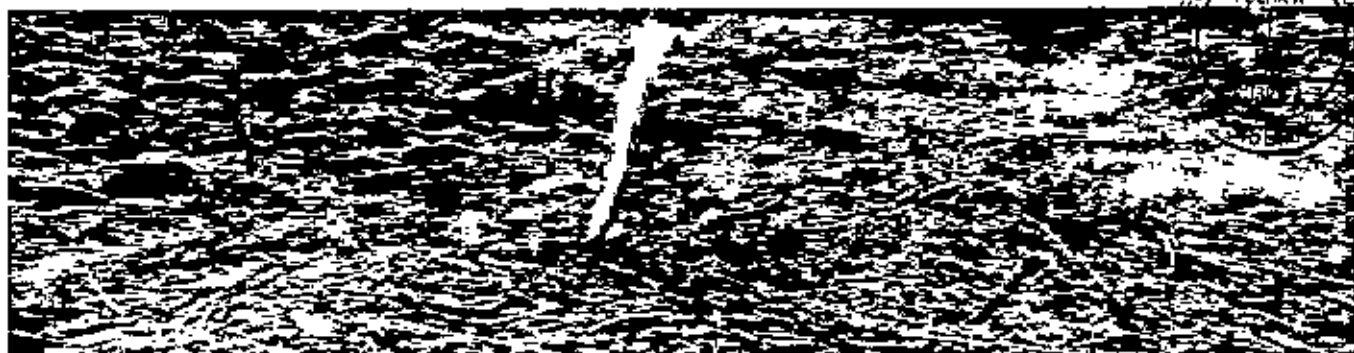


- **CONDICIONANTE Nº 3:** Implantar o Sistema de Tratamento de Esgotos Sanitários, Composto de Tanque Séptico e Filtro Anaeróbico.
- **Resposta:** Foram construídos e recentemente renovado todo o Sistema de Esgotamento Sanitário composto de Área da Recepção dos dejetos, filtros anaeróbicos e Fossas com Sumidouros, conforme mostram as fotos anexas.



- **CONDICIONANTE Nº 4:** Implantar o Projeto de Recomposição da Mata Ciliar da Lagoa da Veada, conforme Projeto Apresentado no PCA.
- **Resposta:** Foi elaborado o PTRF, e está sendo executado conforme mostram as fotos em anexo.





- **CONDICIONANTE Nº 5:** Construir os Diques de Contenção dos Reservatórios de Óleo Diesel e Gasolina.

Resposta: Foram construídos na totalidade todo o piso impermeável e diques de Contenção dos reservatórios de Óleo Diesel, Gasolina e Lavador, sendo que todos os resíduos que por ventura ocorram, são conduzidos através dos diques para as Caixas Separadoras de Água e Óleo, conforme mostram as fotos anexas.



- **CONDICIONANTE Nº 6:** Apresentar o Projeto de Fertirrigação do Eucalipto.

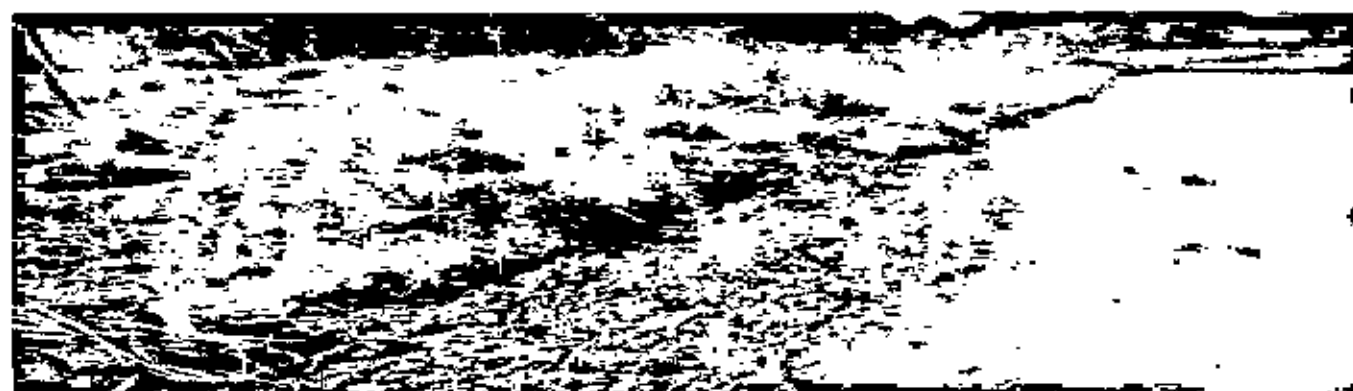
Resposta: Foi Apresentado o Projeto de Fertirrigação, que é composto de Dois Tanques de Metal com relê de nível, para recepção dos efluentes da Produção de Óleo Essencial de Eucalipto, onde estes efluentes são conduzidos por uma adutora de 75 mm de tubos de PVC, depois distribuídos em ramais de tubos de PVC de 50 mm, onde chegam finalmente ao conjunto de Aspersores com capacidade de vazão de 3600 Litros por hora cada.





- **CONDICIONANTE Nº 7:** Implantar o Projeto de Fertirrigação.

Resposta: Foi implantado o Projeto de Fertirrigação, funcionando normalmente, que é composto de Dois Tanques de Metal com relê de nível, para recepção dos efluentes da Produção de Óleo Essencial de Eucalipto, onde estes efluentes são conduzidos por uma adutora de 75 mm de tubos de PVC, depois distribuídos em ramais de tubos de PVC de 50 mm, onde chegam finalmente ao conjunto de Aspersores com capacidade de vazão de 3600 Litros por hora cada.

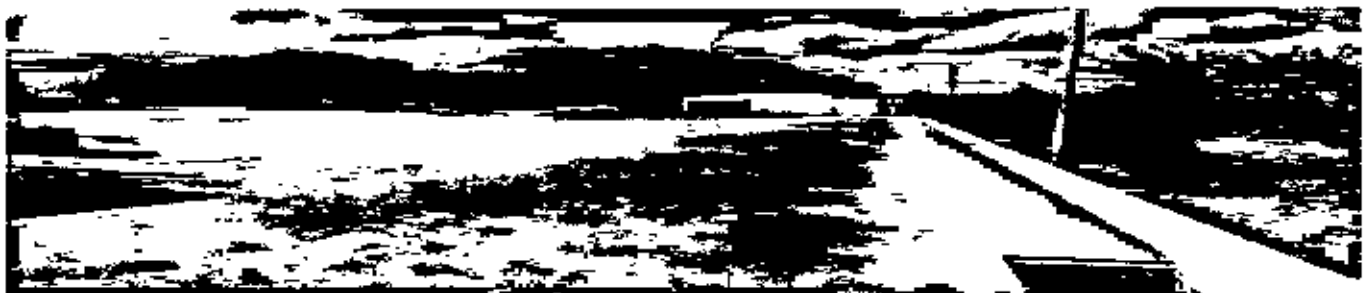


- **CONDICIONANTE Nº 8:** Realizar a amostragem das emissões das Caldeiras para o Parâmetro do Material Particulado.

Resposta: Foram realizadas várias amostragem de emissões das caldeiras nos anos de 2007 e 2008 conforme relatórios anexos.

- **CONDICIONANTE Nº 9:** Retirar as Estruturas Construídas nas Áreas de Proteção da Lagoa da Veada (Oficina Mecânica, Tanques de Armazenamento de Óleo Diesel e Bomba de Abastecimento), Conforme apresentado no PCA.

Resposta: Foram demolidas e retiradas todas as estruturas e construções na Área de APP como: Oficina Mecânica, Tanques de Armazenamento de Óleo Diesel e Bombas de Abastecimento, sendo todos construídos em outros locais apropriados, e implantados o PTRF na área, conforme mostram as fotos anexas.



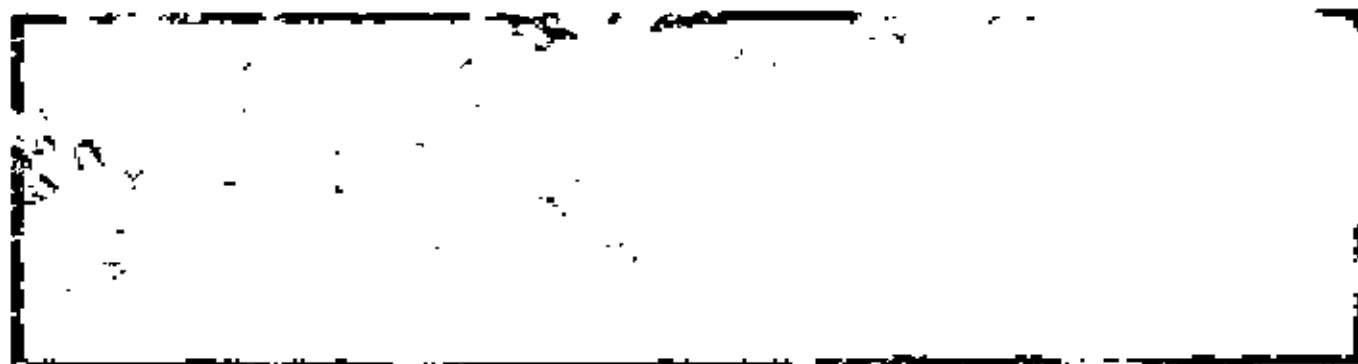
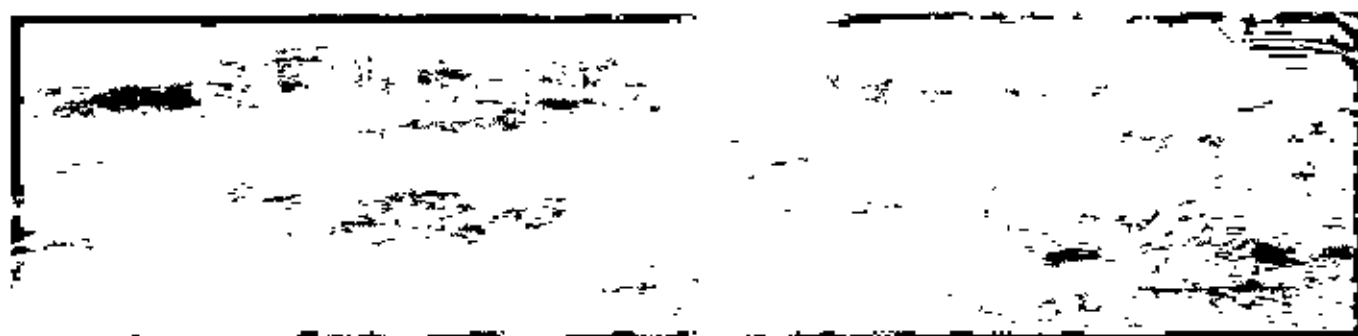
- **CONDICIONANTE Nº 10:** Executar o Programa de Automonitoramento dos Efluentes Líquidos, Industriais e Sanitários, das Emissões Atmosféricas e dos Resíduos Sólidos gerados, conforme definido pela FEAM.

Resposta: O Programa de Automonitoramento foi executado por alguns anos, sendo que ficou paralisado devido o não cumprimento por parte do Profissional contratado na época. Foram elaborados relatórios que foram enviados à SUPRAN-NM, em primeiro lugar Quinzenalmente, depois Mensalmente, Semestralmente e Anualmente.

À partir do mês de Janeiro de 2.015, referente ao mês 12 / 2.0014, o envio destes relatórios à SUPRAN-NM serão mensalmente, sendo que o Relatório de Emissões Atmosféricas será enviado Anualmente, conforme segue os modelos anexos.

- **CONDICIONANTE Nº 11:** Desativar as Lagoas de Armazenamento de Efluente Bruto, incluindo a Limpeza, Aterro e recomposição Paisagística.

Resposta: Todos as lagoas de armazenamento de efluentes foram desativas, aterradas e realizada à recomposição da paisagem, através do plantio de mudas de Espécies Nativas da região e Eucalipto, conforme mostram as fotos em anexo.



Providenciar todos os insumos e orientações recomendadas no projeto e em caso de substituição por outros similares, procurar fazê-los corroborados pela devida explicação técnica.

A recuperação ambiental, mesmo que a degradação não tenha sido perpetrada pelo atual detentor da posse do imóvel é uma obrigação legal, portanto sua realização além de ser um compromisso legal, deve antes de tudo ser um pacto racional com o meio ambiente.

As ações devem ser francas e positivas, e comunicá-las fiel e prontamente para as autoridades estabelecidas pressupõem intenção tácita de compromisso ambiental.

Em outras palavras, todo projeto desta natureza está sujeito a alterações e/ou outras ocorrências imprevisíveis, ou ainda a fatos ambientais de recorrência imponderável, portanto parte integrante da responsabilidade assumida sem, contudo significar necessariamente um desmazelo ou desinteresse da ação executada.

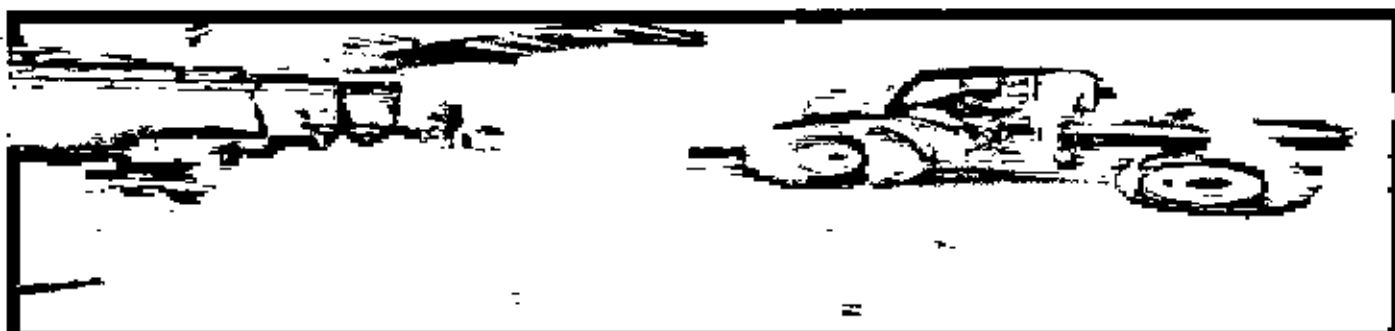


São João do Paraíso – MG, 05 de Dezembro de 2.014

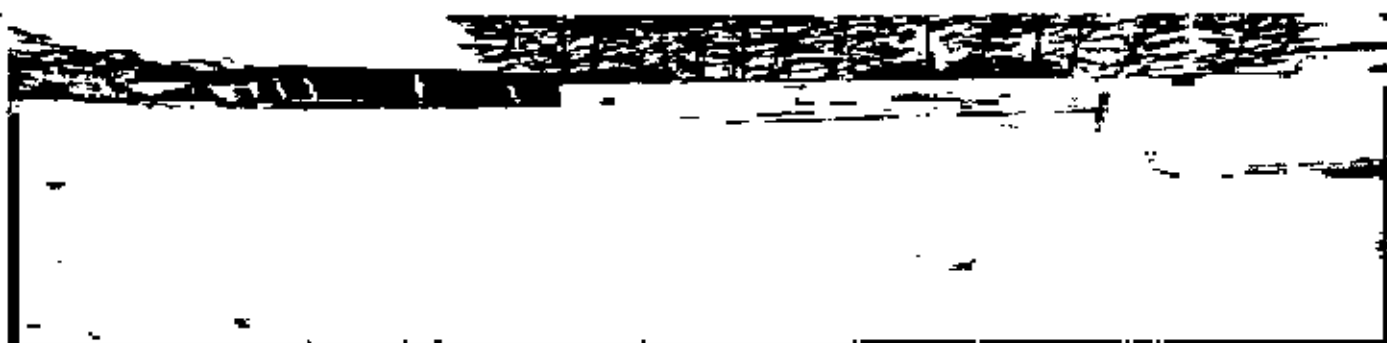
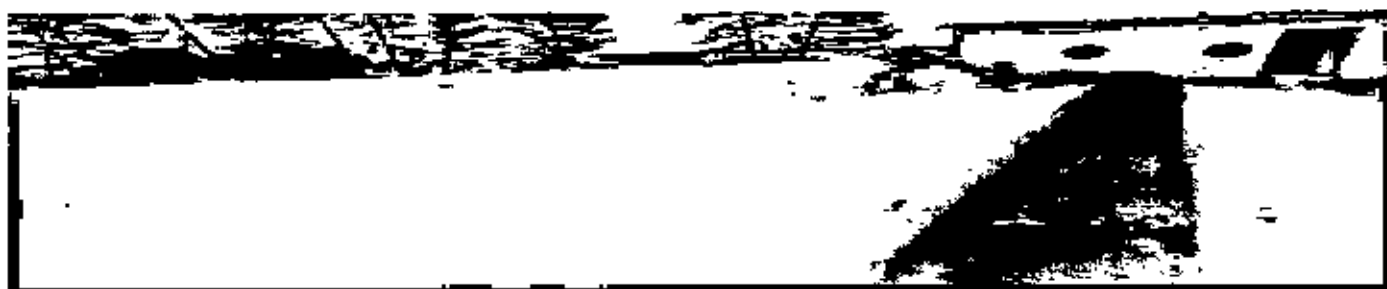
MARCIONILLO PEREIRA NETO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
CREA-MG: 33.950 / TD

4 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES – PARECER 083/ 2012
PROCESSO 1352 / 2002 / 004 / 2011:

- **CONDICIONANTE Nº 1:** Apresentar Projeto de Adequação do Galpão de Manutenção de Máquinas Agrícolas, com respectiva ART do Responsável Técnico.
- **Resposta:** Encaminhado à SUPRAN – NM, Protocolo R241130/2012 de 15/05/2012 (Plantas, ART e Memorial Descritivo). Sendo que foram realizadas recentemente todas as obras de adequação do Galpão, conforme mostram fotos em anexo.



- **CONDICIONANTE Nº 2:** Apresentar Projeto da Área de Lavagem de Veículos, com respectiva ART do Responsável Técnico..
- **Resposta:** Encaminhado à SUPRAN – NM, Protocolo R241130/2012 de 15/05/2012 (Plantas, ART e Memorial Descritivo). Sendo que foram realizadas recentemente todas as obras de adequação do Lavador, conforme mostram fotos em anexo.



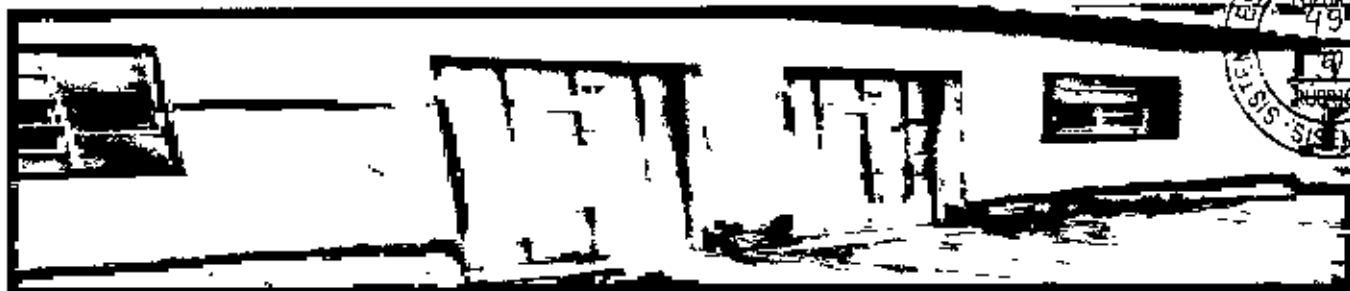
- **CONDICIONANTE Nº 3:** Apresentar Novo PTRF (Projeto Técnico de Reconstituição da Flora), para recomposição da Mata Ciliar da Lagoa da Veada, dentro do Empreendimento.
- **Resposta:** Foi elaborado um novo PTRF, atendendo todas as solicitações exigidas pelo órgão ambiental, encontrando-se em execução, conforme mostram fotos em anexo do Plantio de novas espécies para povoamento e recuperação da da APP.

- **CONDICIONANTE Nº 4:** Apresentar Proposta para Armazenamento das folhas de Eucalipto usadas na destilação do Óleo.
- **Resposta:** Encaminhado à SUPRAN – NM, Protocolo R241130/2012 de 15/05/2012 (Plantas, ART e Memorial Descritivo). Sendo que foram realizadas recentemente obras de construção de diques e novos arruamentos, para que as folhas não se espalhem e conduzidas ao Curso D'água, conforme mostram as fotos em anexo.



- **CONDICIONANTE Nº 5:** Apresentar Projeto de Adequação da Área de Armazenamento de Defensivos Agrícolas, com respectiva ART do Responsável Técnico.
- **Resposta:** Encaminhado à SUPRAN – NM, Protocolo R241130/2012 de 15/05/2012 (Plantas, ART e Memorial Descritivo). Sendo que foram realizadas recentemente todas as obras de adequação da Área de Armazenamento, conforme mostram fotos em anexo.





- **CONDICIONANTE Nº 6:** Apresentar Cronograma de Execução para que se faça a retirada total dos galpões que estão localizados dentro da APP da Lagoa da Veada.
- **Resposta:** Todos os Galpões foram retirados e realizado o Plantio de Espécies nativas, conforme consta no PTRF e mostram as fotos em anexo.



- **CONDICIONANTE Nº 7:** Apresentar um Novo Layout da Área do Empreendimento, contemplando antigas e novas instalações.
- **Resposta:** Encaminhado à SUPRAN – NM, Protocolo R241130/2012 de 15/05/2012 (Plantas, ART e Memorial Descritivo). Sendo que foram realizadas recentemente todas as obras de adequação das construções, conforme mostram fotos em anexo.
- **CONDICIONANTE Nº 8:** Apresentar Atestado do Corpo de Bombeiros Atualizado da Área Nova implantada posterior a obtenção da Licença Ambiental
- **Resposta:** Encaminhado à SUPRAN – NM, Protocolo R241130/2012 de 15/05/2012 (Plantas, ART e Memorial Descritivo). Sendo que foram realizadas recentemente todas as obras de adequação ao Projeto, conforme mostram fotos em anexo.

- **CONDICIONANTE Nº 9:** Apresentar Projeto de Arborização do Empreendimento.
- **Resposta:** Foi elaborado recentemente um novo PTRF do Empreendimento, onde contempla todas as ações relacionadas à Condicionante. Segue PTRF em anexo.

5 – ANEXOS:

- Seguem anexos: Resultados de Análises, Termos de Averbação de Reservas Florestais e Modelos dos Relatórios Mensais, que serão enviados à SUPRAM – NM, à partir de Janeiro / 2.015.

São João do Paraíso – MG, 05 de Dezembro de 2.014

=====

MARCIONILO PEREIRA NETO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
CREA-MG: 33.950 / TD



Projeto Técnico de Reconstituição da Flora

P T R F

Propriedade: Destilaria Meneghetti Ltda

CNPJ : 03.753.733 / 0001 - 95

Município : São João do Paraíso - MG

Dezembro / 2.014

I – DA ÁREA DO PROJETO TÉCNICO DE RECONSTITUIÇÃO DA FLORA:



1 – INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1 – IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR:

- **PROPRIETÁRIO:** Angelo Antônio Meneghetti e Outros.
- **CPF** : 060.363.968 – 68 .
- **ENDEREÇO** : Rua Afonso Batista, Nº 57, Centro, Cep: 39.540 – 000, São João do Paraíso – MG.
- **TELEFONE** : (38) 3832 – 1150 / 1566 – (38) 9953 - 8893.
- **EMAIL'S** : ILMAR@DESTILARIAMENEGHETTI.COM.BR / SUZASJP@YAHOO.COM.BR.
- **RESPONSÁVEL TÉCNICO:** Marcionilo Pereira Neto, Técnico em Agropecuária, CREA-MG: 33.950 / TD, Rua Jordelina Ferreira Capuchinho, Nº 401, Centro, Cep: 39.540 – 000, São João do Paraíso – MG, Email: suzasjp@yahoo.com.br., Fone: (38) 9977 – 1940.

1.2 – IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:

- **PROPRIEDADE** : Destilaria Meneghetti Ltda.
- **CNPJ** : 03.753733 / 0001 – 95 .
- **ENDEREÇO** : Rodovia LMG 623 Km 10, Fazenda Lagoa da Veada, São João do Paraíso - MG.
- **ENDEREÇO / CORRESPONDÊNCIA** : Rua Afonso Batista, Nº 57, Centro, Cep: 39.540 – 000, São João do Paraíso – MG.

Um dos meios a serem empregado é que as áreas de acesso às margens da lagoa inseridas dentro da propriedade devam ser cercadas e isoladas, devendo possuir o máximo de controle e restrição quanto a movimentação de pessoas e principalmente animais de grande porte domesticados como os equinos e bovinos.

- **REGENERAÇÃO NATURAL:**

Cabe explicar, que tal medida consiste na reprodução de um evento natural, chamado "sucessão ecológica", que pode demorar até décadas para que se estabeleça uma vegetação típica e que sustente a fauna relacionada à mesma. A sucessão ecológica refere-se a uma seqüência de mudanças estruturais e funcionais que ocorrem nas comunidades, mudanças essas que, em muitos casos, seguem padrões mais ou menos definidos.

A base conceitual para a sucessão foi estabelecida por Clements (1916 e 1936), que estabeleceu alguns dos conceitos mais importantes: sucessão primária, secundária, estágio seral e clímax.

1. Sucessão primária: Ocorre em substratos recém-formados. Envolve modificações substanciais no ambiente causadas direta ou indiretamente pelos organismos pioneiros.

2. Sucessão secundária: Ocorre em comunidades preexistentes seguindo a certo distúrbio natural ou não.

3. Estágio seral: Toda seqüência sucessional envolve a existência de estágios mais ou menos definidos ao que se convencionou chamar de estágio seral. O ponto de convergência seria o estágio final ou clímax. Cada região tem um clímax definido basicamente pelas condições climáticas regionais ou clímax climático.

Variações locais podem ocorrer muitas vezes como reflexos de mosaicos pedológicos.

4. Clímax: Etapa de maior maturidade em uma determinada sucessão. Não é um limite de maturidade.

A sucessão a ser estabelecida é a secundária, onde onde no local já houve comunidades preexistentes. Considerando que há locais que ainda possui um banco de sementes no solo e várias plântulas estão emergindo, a regeneração natural juntamente com as outras técnicas empregadas (coleta e sementeira direta de sementes, resgate de plântulas e dispersão em outras áreas, plantio de enriquecimento e técnicas de nucleação) irão ajudar a promover a recuperação da mata ciliar do Lagoa da Veada.

1.3 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA OBJETO DO PROJETO TÉCNICO DE RECONSTITUIÇÃO DA FLORA (PTRF) :



- **LOCALIZAÇÃO DE UMA COORDENADA GEOGRÁFICA DA ÁREA DO PROJETO:**
- Sistema de Coordenadas Elipsóide – Projeção Universal Transversal de Mercator (UTM) MAP DATUM SIRGAS 2000. 0184510 E / 8305550 N – FUSO 24 L – Meridiano 39° - Altitude 798 Metros.
- Área do Projeto: 2,30 Ha.

– DOS OBJETIVOS DO PROJETO TÉCNICO DE RECONSTITUIÇÃO DA FLORA:

- O objetivo geral do projeto é promover a restauração da Mata ciliar da Lagoa da Veada, situada na parte de influencia direta do empreendimento, onde irá buscar a Reconstituição / Restauração da flora da Área de Preservação Permanente da Lagoa da Veada sustentada pelo Rio Muquém, proporcionando também a médio e longo prazo benefícios e serviços ambientais para a população do entorno e também para o empreendimento.
- Como objetivo geral também tem a implantação de um Projeto de Arborização / Cortina Verde no entorno do empreendimento mitigando o impacto visual, atmosférico e sonoro que possa vir a ser causado pelo Complexo Industrial, responsável pelo processo da Destilação do Óleo Essencial de Eucalipto.

III – RECONSTITUIÇÃO DA FLORA:

- **DEFINIÇÃO DA ÁREA A SER RECONSTITUÍDA:**
- A área do projeto perfaz um total de 2,30 hectares para uma APP de 30 metros, considerando o dispositivo 61- A (das áreas Consolidadas em APP).
A área do PTRF visará reconstituir as margens da Lagoa da Veada situada no Córrego Muquém.



- **FORMAS DE RECONSTITUIÇÃO E/OU RESTAURAÇÃO:**

- Este projeto inclui e conta com o isolamento e cercamento da área, regeneração natural e aumento do poder de resiliência da área, áreas de coleta de sementes das matrizes, área de coletas e resgate de plântulas no sub-bosque da mata ciliar e nos fragmentos florestais conservados próximos, dispersão de sementes a lanço em sulcos ou em pequenas covas na época da estação chuvosa, plantio em blocos através de grupos nucleadores, Monitoramento da Restauração e Recuperação da Área Objeto.

- **As técnicas principais de nucleação a serem empregadas são:**

- **TRANSPOSIÇÃO DE SOLO:** Forma mais rápida para conectar fragmentos próximos e semelhantes com o sítio degradado e o uso do solo superficial, além da produção de mudas para a recomposição ecológica da vegetação em ambientes que venham a ser selecionados para essa finalidade.
- **TRANSPOSIÇÃO DA CHUVA DE SEMENTES:** Alimenta o banco de sementes local e inicia uma entrada mensal de material genético que no futuro poderá garantir os recursos de forma distribuída no tempo.
A chuva de sementes é elemento chave na dinâmica dos ecossistemas e, portanto, é peça importante quando se almeja a sua regeneração. Ela é formada pelo conjunto de propágulos que uma comunidade recebe através das diversas formas de dispersão, propiciando a chegada de sementes que têm a função de colonizar áreas em processo de sucessão primária ou secundária (BECHARA, 2003).

IV – METODOLOGIA:

- **ISOLAMENTO E CERCAMENTO DA ÁREA:**

Este passo será de fundamental importância, pois irá fazer com que a natureza faça sua parte aumentando o poder de resiliência da área e favorecendo a própria diversidade de espécies do local. O isolamento e cercamento irão permitir o crescimento e desenvolvimento de plântulas que emirjam do solo, impedindo que haja interferência nos processos de sucessão ecológica, pois o acesso de animais ou até mesmo pessoas, impede o desenvolvimento de plântulas afugenta a fauna silvestre e compacta o solo.

O isolamento e cercamento desencadearão o processo conhecido como regeneração natural, fazendo com que o banco de sementes do solo e a dispersão de sementes dos fragmentos conexos a área desenvolva as mesmas espécies que ali colonizavam antes da degradação.

V – MONITORAMENTO DA RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA ÁREA

OBJETO DO PROJETO:

- Além das ações diretas de resgate, semeadura direta, plantio de enriquecimento por meio de grupos nucleadores, técnicas de nucleação e recuperação, esse projeto contempla conjuntamente as atividades de monitoramento da área e avaliação ecológica das medidas ecológicas empregadas visando o alcance dos resultados esperados.

Essas medidas resultarão numa melhor eficácia do projeto e no direcionamento dos esforços de restauração, sempre levando em consideração a busca do equilíbrio ecológico e a recuperação da faixa ciliar. Além disso, o monitoramento pode detectar falhas e possíveis adequações como:

- I. Acompanhamento de falhas do plantio das mudas, onde ocorrer mortandade e dificuldade de "pegamento" das mudas;
- II. Monitoramento de ataque de formigas, deficiência nutricional e déficit hídrico;
- III. Avaliação qualitativa e quantitativa do plantio e desenvolvimento das mudas;
- IV. Avaliação do estágio sucessional e distribuição horizontal das espécies;
- V. Avaliação e acompanhamento das técnicas nucleadoras;
- VI. E acompanhamento e monitoramento do sucesso e fracasso de cada etapa do projeto;
- VII. Elaboração de possíveis adaptações do projeto.

Propõe-se inicialmente nos dois primeiros anos da implantação que seja realizado o monitoramento semestralmente, após o segundo ano da implantação, uma vez que a restauração de ambientes degradados prevê um resiliência e recuperação de médio a longo prazo, pode se passar o monitoramento para ser realizado anualmente, em que os resultados iniciais visíveis ocorreram a médio e longo prazo, ou seja, com no mínimo 3 a 4 anos da implantação do projeto.

VI – ESPÉCIES INDICADAS PARA COMPOR O PLANTIO EM BLOCOS NOS GRUPOS NUCLEADORES :

- Considerando a tipologia floresta do local para o projeto, o habitat e distribuição das 31 espécies e a literatura de espécies indicadas para mata ciliares e de galeria, foram sugeridas as seguintes espécies:

• **Pioneiras(P):**

- 1. *araçá jacu (*Psidium oligospermum* Mart.);
 - 2. *Tamboril ou orelha de macaco (*Enterolobium contortisiliquum*);
 - 3. *Canafístula ou farinha seca (*Peltophorum dubium*);
 - 4. Quebra foice (*Mimosa laticífera*);
 - 5. *Surucucu (*Piptadenia viridiflora*);
 - 6. *Rama – de – bezerro ou jurema preta (*Piptadenia moniliformis*);
 - 7. *Pau cascudo, tataré ou espinilho (*Chloroleucon tenuiflorum*);
 - 8. *Angico branco ou angico vermelho (*Anadenanthera peregrina*);
 - 9. *Farinha seca ou angico branco ou angiquinho (*Albizia niopoides*);
 - 10. *Angico-preto ou angico – vermelho (*Anadenanthera macrocarpa*);
 - 11. Cansação ou urtiga (*Cnidocolus pubescens*);
 - 12. *Pereiro ou pereiro vermelho (*Aspidosperma pyrifolium*);
 - 13. *Gonçalo alves (*Astronium fraxinifolium*);
 - 14. *Aroeira (*Myracrodruon urundeuva*);
 - 15. *Braúna (*Schinopsis brasiliensis*);
 - 16. Jacarandá de minas (*Jacaranda cuspidifolia*);
 - 17. *Bucho de boi, bolsa de pastor ou ipê felpudo (*Zeyheria tuberculosa*);
 - 18. Branquinho ou branquilha (*Sebastiania commersoniana*);
 - 19. *Faveira, farinha seca ou canafístula (*Peltophorum dubium*);
 - 20. *Madeira nova ou amendoim-bravo (*Pterogyne nitens*);
 - 21. *São João ou cássia do nordeste (*Senna spectabilis* var. *excelsa*);
 - 22. *Jurema branca (*Piptadenia stipulacea*);
 - 23. *Vassourinha ou vassoura vermelha (*Dodonea viscosa*);
 - 24. *Grão de galo (*Celtis pubescens*);
 - 25. *Mutamba (*Guazuma ulmifolia*);
 - 26. *Piriquiteira (*Mimosa tenuiflora*);
 - 27. *Araçá vermelho ou camboim (*Myrciaria tenella*);
 - 28. *Jacarandá (*Dalbergia miscolobium*);
 - 29. *Mussambé (*Terminalia brasiliensis*);
 - 30. *Cafezim (*Casearia sylvestris*);
 - 31. *Pinha (*Annona emarginata*).
- **Ou outras espécies pioneiras decíduais de distribuição e ocorrência em Norte de Minas Gerais típicas de mata ciliar e Floresta Estacional Decidual e que forem localizadas em viveiros florestais nativos, além daquelas espécies (matrizes) que foram coletadas sementes nas áreas de coleta.**

• **Secundárias (S):**

- 1. *Angico-do-campo ou angico-do-cerrado (*Anandenanthera falcata*) ;
- 2. *Angelim, pau-de-formiga ou sucupira branca (*Lonchocarpus araripensis*);
- 3. *Pau ferro ou candeia de espinho (*Machaerium scleroxylon* Tul.);
- 4. Casquinha ou casca fina (*Cordia bahiensis*) ;
- 5. *Ipê amarelo (*Handroanthus albus*);
- 6. Ipê roxo (*Handroanthus impetiginosus*);
- 7. Ipê branco ou pau d'arco (*Tabebuia roseoalba*);
- 8. *Amarelinho (*Terminalia brasiliensis*);
- 9. *Jacarandazinho , jacarandá –branco ou pingo d'água (*Platypodium elegans*);
- 10.*Sucupira (*Pterodon emarginatus*);
- 11.Pau-jacaré ou monjoleiro (*Piptadenia gonoacantha*);
- 12.*Maçaranduba (*Nectandra cissiflora*) ;
- 13.*Catinga de porco ou catinga de barão (*Roupala brasiliensis*);
- 14.*Bastãozinho ou Sebastião de arruda (*Dalbergia decipularis*) ;
- 15.*Azeitona (*Vitex montevidensis*);
- 16.*Murici-de-capoeira (*Byrsonima lancifolia*);
- 17.*Unha d'anta (*Ascomium dadycarpum*);
- 18.Pitomba da Bahia ou jambo (*Eugenia luschnathiana*);
- 19. Juazeiro, juá ou juá de boi (*Ziziphus joazeiro*);
- 20.*Pau-vidro (*Pterocarpus violaceus*) ;
- 21.*Tingui (*Magonia pubescens*);
- 22.*Cagaita (*Eugenia dysenterica*);
- 23.*Aroeirinha (*Lithraea molleoides*);
- 24.*Leiteiro ou pau-leiteiro (*Sebastiania brasiliensis*);
- 25.*Marmelada de cachorro (*Cordia sessilis*);
- 26.*Mamica de porca (*Zanthoxylum rhoifolium*)
- 27.*Laranjeira, mamica-de-porca ou tembetari (*Zanthoxylum riedelianum*);
- 28.*Avoação (*Metrodorea mollis* Taub);
- 29. Caboclo (*Aspidosperma* sp);
- 30. Cafezim preto (*Casearia decandra*) ;
- 31. Outros não identificados – Canela de Velho, caboclinho, Capucim , dorrete e castainha.

- **Ou outras espécies secundária decíduais de distribuição e ocorrência em Norte de Minas Gerais típicas de mata ciliar e Floresta Estacional Decidual e que forem localizadas em viveiros florestais nativos, além daquelas espécies (matrizes) que foram coletadas sementes nas áreas de coleta.**

• **Climax (C):**

- 1. *Amargoso ou Angelim- amargoso (Vataireopsis araroba);
- 2. *Jatobá pitombo, pau roxo jatotá d'anta (Peltogyne confertiflora) ;
- 3. *Canafístula (Cassia ferruginea);
- 4. *Pau d'óleo (Copaifera langsdorffii) ;
- 5. *Mussambé (Terminalia brasiliensis);
- 6. *Vaqueta (Piranhea securinaga Radcl.-Sm. & Ratter);
- 7. *Laranjeira, mamica-de-porca ou tembetari (Zanthoxylum riedelianum);
- 8. *Gonçalo alves (Astronium fraxinifolium);
- 9. *Tamboril ou orelha de macaco (Enterolobium contortisiliquum);
- 10.*Canafístula ou farinha seca (Peltophurum dubium);
- 11.*Aroeira (Myracrodruon urundeuva);
- 12.*Braúna (Schinopsis brasiliensis);
- 13.*Pau-jacaré ou monjoleiro (Piptadenia gonoacantha);
- 14.*Sucupira (Pterodon emarginatus)
- 15.*Pau ferro ou candeia de espinho (Machaerium scleroxylon Tul.)
- 16.*Angico-preto ou angico – vermelho (Anandenanthera macrocarpa)
- 17.*Angico branco ou angico vermelho (Anandenanthera peregrina);
- 18. Amburana ou amburana-de-cheiro (Amburana cearensis);
- 19. Maçaranduba (Nectandra cissiflora).

- **Ou outras espécies clímax de distribuição e ocorrência em Norte de Minas Gerais típicas de mata ciliar e Floresta Estacional Decidual e que forem localizadas em viveiros florestais nativos, além daquelas espécies (matrizes) que foram coletadas sementes nas áreas de coleta.**

• **Frutíferas:**

- azeitona (Vitex montevidensis);
- umbuzeiro (Spondias tuberosa);
- juazeiro, juá ou juá de boi (Ziziphus joazeiro);
- cajazeiro (Spondias macrocarpa);
- Outros citados acima que compõem a lista dos apreciados pela fauna mas que não foi citado aqui.

- **LEGUMINOSAS** (Familias: Fabaceae- Mimosoideae, Fabaceae – Caesalpinoideae, Fabaceae Papilionoideae e Fabaceae – Faboideae):

- Quebra foice (Mimosa laticifera)
- Rama – de – bezerro ou jurema preta (Piptadenia moniliformis)
- Tamboril ou orelha de macaco (Enterolobium contortisiliquum)
- Angico branco ou angico vermelho (Anadenanthera peregrina)
- Farinha seca ou angico branco ou angiquinho (Albizia niopoides)
- Angico-preto ou angico –vermelho (Anadenanthera macrocarpa)
- Faveira, farinha seca ou canafístula (Peltophorum dubium)
- Madeira nova ou amendoim-bravo (Pterogyne nitens)
- São João ou cássia do nordeste (Senna spectabilis var. excelsa)
- Piriquiteira (Mimosa tenuiflora)
- Jurema (Piptadenia stipulacea)
- Pau d'óleo (Copaifera langsdorffii)
- Madeira nova ou amendoim-bravo (Pterogyne nitens)
- Pau ferro ou candeia de espinho (Machaerium scleroxylon Tul.)

- **Obs:**

- Refere-se às espécies identificadas e visualizadas na área do Empreendimento ou na região, as demais são indicadas por serem Deciduais / Semideciduais e de ocorrência no Norte de Minas.
- As espécies que se repetem é que podem ser consideradas como pertencente a duas ou mais fases sucessionais passando também de uma para outra.

VII – IMPLANTAÇÃO :

- Para implantação e manutenção das mudas será realizada a adoção de medidas de combate às formigas cortadeiras, coveamento, coroamento e adubação, sem a realização de araques, gradagens e/ou subsolagem para se evitar maiores intervenções no solo e nas condições originais da área. Optou-se por não realizar operações mecanizadas, tendo em vista que no decorrer da implantação do projeto, a expectativa é que o isolamento da área irá permitir a regeneração natural, aliado ao processo de enriquecimento com a introdução e plantio de mudas juntamente com as técnicas de nucleação empregadas irá permitir uma recuperação e sucessão ecológica das espécies.

VII – COMBATE À FORMIGA:

- Será feito a sondagem da área pelo menos um a dois meses, onde será realizado o plantio de enriquecimento por meio de grupos nucleadores para a eliminação dos formigueiros. Os formigueiros, nem sempre visíveis, poderão ser localizados pelas manchas no terreno, por carreadores montículos, resíduos, olheiros etc. A operação deverá ser repetida periodicamente até pleno desenvolvimento das mudas.

Para fins de combate das formigas deverão ser identificadas quanto ao gênero, visando à escolha do método mais adequado: *Atta* sp (Saúva) e *Acromyrmex* sp (Quen-quém). O combate às formigas será feito pelo menos 2 mês antes do plantio de enriquecimento com base de produtos disponíveis no mercado, à época e que garantam eliminação da ameaça as mudas pelo menos no seu desenvolvimento inicial, as técnicas e doses serão usuais e recomendadas pelos fabricantes e por profissional habilitado.

No combate inicial recomendamos o termonebulizador, para colônias grandes. E iscas granuladas para colônias menores, no período da seca, ou gás fumegante (época das chuvas). Qualquer que seja a metodologia escolhida é imprescindível o uso de EPI adequados para cada caso, e com acompanhamento do responsável técnico. As quantidades, metodologia de aplicação, doses recomendadas, duração, e recorrência estão presentes nos rótulos dos produtos adquiridos para tal fim, e devem ser seguidas à risca, juntamente com o receituário agrônomo.

Muitos são os produtos que podemos encontrar no mercado local a um preço competitivo e em quantidade suficiente. Depende ainda da experiência e habilidade do

aplicador. Se iscas granuladas, um par de luvas plásticas, orientação técnica e atenção são o bastante. Se termo nebulização é interessante acompanhar devido ao elevado poder de toxicidade. Lembrando que os modos de uso bem como as dosagens estão escritos no rótulo. Em caso de dúvida a própria empresa que fornece o material, ou aquela que o revende, possui, com certeza, um Técnico Agrícola à disposição e com experiência nas particularidades das formigas locais, para orientar os incautos e inexperientes que se aventuram na arte do combate à formiga.

Informe-se quanto à deposição das embalagens dos formicidas usados. Se a infestação for elevada, e a manipulação de produtos químicos for a quantidades consideráveis providenciar um "receituário agrônomo" específico para o combate.



Este trabalho estende-se por pelo menos um raio 150 metros do local onde ocorrerá o plantio definitivo, e deve ser encarado como crucial para o estabelecimento das mudas plantadas, portanto necessário para almejar sucesso na empreitada. Se caso surgirem outras pragas tais como lagartas ou besouros, que devem ser observadas em quantidade abundante, imediatamente comunicar ao responsável técnico, que irá providenciar o método de controle específico para cada tipo de infestação. O controle adequado de pragas é fundamental para o sucesso da implantação, pelo menos na fase inicial, uma vez que ataques freqüentes e intensos atrasam o crescimento das plantas, podendo inclusive levá-las à morte.

Localizado o formigueiro, distribuir ao redor dos olheiros e ao lado dos carreiros, cerca de **5 a 10 gramas de Isca** por metro quadrado de formigueiro, evitando dias chuvosos ou sujeito a chuvas.

VIII – PREPARO DO SOLO:

- Não haverá preparo do solo como nos cultivos econômicos convencionais, evitando não ocorrer à remoção da vegetação e revolvimento das camadas superiores do solo visando a sua conservação, a técnica a ser empregada consiste apenas de um plantio direto com abertura de covas coroamento quando necessário, principalmente por ser tratar de uma Área de Preservação Permanente, evitando assim o carreamento de particulados do solo para o curso d'água e outras conseqüências.

IX – COVEAMENTO E ADUBAÇÃO:

- Será feito o coveamento manual, operação que consiste na abertura de covas de plantio com instrumento de trabalho "trado ou passeta", considerando com as seguintes especificações técnicas:
As covas serão abertas com 0,5 metros de diâmetro, 0,5 metros de largura e 0,50 metros de profundidade nos locais previamente determinados obedecendo ao sistema de quincôncio.
Todo volume de terra retirado deverá ser deixado do lado das covas devendo ser recolocada na cova após a colocação e posicionamento da muda.

IX – PLANTIO E ESPAÇAMENTO:



- As mudas devem ser transportadas e manipuladas com o máximo de cuidado evitando danos ao sistema radicular e às partes aéreas. Quando envoltas em saco plástico retira-los com ajuda de um canivete, cortando o material sem danificar as raízes. As raízes nunca devem entrar em contato direto com o adubo. O colo das mudas deve ficar em posição nivelada com o nível do solo. Preencher os vazios compactando-os levemente.

Evitar dilacerações e choques mecânicos nas folhas.

O tutor deve ser posto antes da muda, para dar firmeza ao conjunto e a mesma deve ser amarrada com fitilho em forma de "∞" levemente. E necessário cuidado especial

para o estaqueamento, pois esta deve estar firme e deve estar fincada. Logo após deve efetuar uma irrigação inicial abundante, o que proporcionará benefícios imediatos para enraizamento das mudas.

Adotaremos o sistema de plantio de enriquecimento por grupos nucleadores será feito pelo sistema quincôncio plantados em blocos espaçados e no sentido das curvas de nível do terreno, no espaçamento mínimo de 5,0 m x 5,0 metros (Cinco metros entre linhas e Cinco metros entre plantas) com plantio de pelo menos 50 % de plantas pioneiras, sendo o restante de secundárias tardias e clímax intercaladas plantadas pelo menos 1 a 2 anos posteriormente seguindo o esquema proposto.

Porém, o plantio não será implantado em 100% da área, mas em grupos ou nichos formando blocos em toda a área.

As principais razões deste procedimento são o de evitar uma elevada concorrência entre as plantas por minerais, e o de promover um crescimento equilibrado entre as diversas espécies, quer seja pela quantidade de horas/luz que cada uma receberá, quer seja pela oferta de nutrientes recebidas por cada uma.

Considerando que a APP de 2,30 hectares foi projetada para toda a área de entorno da lagoa nos locais mais conservados como o fragmento florestal amostrado não haverá necessidade de intervenções para recuperação a não ser o cercamento e isolamento da área para não haver futuras interferências ambientais e para servir como fonte de dispersão de sementes, propágulos e abrigo para fauna.

- Limpar a área. Fazer uma cova de 060x0,60x060, depois umedecer o fundo da mesma.

Misturar o adubo orgânico curtido com a terra (do fundo da cova) até que o mesmo apresente certa homogeneidade.

Observe o tamanho da muda e compare-o com a profundidade se faltar espaço aumente a profundidade, caso contrário, preencha a cova até a altura suficiente.

Encha a cova e verifique a altura da muda, evitando que o colo da mesma fique muito profundo ou superficial.

Retire o material protetor da muda (saco plástico), posicione-a no centro da cova e encha a mesma até a altura do colo. Se a terra for muito fofa, pisar levemente ao redor da mesma. Dê destinação adequada para o saco plástico. Próximo ao tronco da muda (± 15 cm) finque o tutor no fundo da cova. Pise levemente ao redor da muda até observar que a mesma encontre-se firme no local.

Irrigue fartamente, e repita a operação sempre que o solo se encontrar excessivamente seco. Este procedimento é recorrente durante o tempo que for necessário, até quando a visualização da muda permitir que a mesma encontre-se enraizada e adaptada ao novo meio.

É importante que se observe diariamente o estado geral das mudas.

X – COROAMENTO:

- O coroamento será necessário visando evitar a competição entre plantas invasoras, herbáceas ou arbustivas por nutrientes, luminosidade e espaço para crescimento.

Para o coroamento das mudas deverá ser limpo uma área circular feita por capina manual com diâmetro de 0,6 metros, onde será plantada a muda para evitar a competição por nutrientes com as outras plantas (invasoras, herbáceas e arbustivas), ajudando no desenvolvimento inicial e “pegamento” das mudas. Após o plantio e o coroamento (capina ao redor) das mudas no primeiro ano, será feito novamente o coroamento no segundo ano caso detecte que seja necessário.

XI – TRATOS CULTURAIS E REPLANTIO:

- Os tratos culturais a serem considerados após o plantio direto compreendem principalmente o controle de plantas invasoras ao redor das mudas, que neste caso deverá ser feito por uma reforma manual do coroamento, a necessidade ou não de adubação de cobertura quando diagnosticado deficiência nutricional das espécies plantadas e a irrigação durante o desenvolvimento das mudas após o período chuvoso. Além disso, verificar a incidência ou não de ataque de formigas, e neste caso realizar o combate conforme especificações e recomendações técnicas.

Após o primeiro ano e/ou havendo condições ideais, como período de chuvas e consideração o aspecto da formação vegetal (regeneração natural), serão identificados possíveis falhas e perdas de mudas para posteriormente efetuar o replantio obedecendo ao mesmo esquema proposto.

O replantio será feito no ano seguinte no começo da estação chuvosa para aumentar as chances de sucesso e adaptação das mudas na área.

XII – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

- A metodologia usada será através do monitoramento, acompanhamento e avaliação da área anualmente, onde será feita: avaliação da adaptação das mudas ao local e a sua sobrevivência, porcentagem de falhas e conseqüentemente necessidade de replantio, necessidade de tratos culturais observação de eventual possibilidade de pragas e doenças, sucesso ou insucesso das técnicas empregadas, avaliação da regeneração natural e sucessão ecológica etc.

O monitoramento técnico das ações a serem empregadas propõe-se ser feito anualmente, visto que prazos curtos não é possível avaliar os avanços das técnicas empregadas e a regeneração natural e sucessão ecológica.

Como alternativa de monitoramento, acompanhamento e avaliação poderão realizar Relatórios Técnicos Anuais do PTRF, por um período mínimo de 5 a 8 anos após a implantação do projeto e, podendo ser entregues aos órgãos ambientais competentes para avaliação do cumprimento do objetivo do projeto.

XIII – RECOMENDAÇÕES FINAIS:

- O objetivo do projeto é recomposição da APP da Lagoa da Veada, localizada no município de São João do Paraíso, no entanto, outras observações devem ser colocadas.

Acidentes de Trabalho: É obrigatório o uso de EPI em todas as fases, com descrições e indicações detalhadas sobre procedimentos visando garantir e preservar a integridade dos usuários e operários.

O transporte das mudas, esterco, adubos, equipamentos e outros devem ser realizados por profissionais qualificados e devidamente protegidos com lonas.

Antes do plantio, deve acontecer uma exposição "in loco" dos trabalhos a serem executados, com demonstrações práticas.

As sacolas plásticas ou outros tipos de invólucros das mudas e dos insumos devem ser descartados conforme regras estabelecidas.

As mudas obrigatoriamente devem ter procedência garantida, seja pelo aspecto sanitário, seja pela correta identificação botânica.

Evitar, sob pena de cometer delito grave, a entrada de material granulado ou não no leito do córrego, em condições normais.



8 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

- Ídem PTRF.

9 – ANEXOS:

- Seguem anexos.

São João do Paraíso – MG, 05 de Dezembro de 2.014

MARCIONILO PEREIRA NETO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
CREA-MG: 33.950 / TD



Projeto de Arborização

Cortina Arbórea

Propriedade: Destilaria Meneghetti Ltda

CNPJ : 03.753.733 / 0001 - 95

Município : São João do Paraíso - MG

Dezembro / 2.014

1 – IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:



- **PROPRIETÁRIO:** Angelo Antônio Meneghetti e Outros.
- **CPF** : 060.363.968 – 68 .
- **ENDEREÇO** : Rua Afonso Batista, Nº 57, Centro, Cep: 39.540 – 000, São João do Paraíso – MG.
- **TELEFONE** : (38) 3832 – 1150 / 1566 – (38) 9953 - 8893.
- **EMAIL'S** : ILMAR@DESTILARIAMENEGHETTI.COM.BR /
SUZASJP@YAHOO.COM.BR.
- **RESPONSÁVEL TÉCNICO:** Marcionilo Pereira Neto, Técnico em Agropecuária, CREA-MG: 33.950 / TD, Rua Jordelina Ferreira Capuchinho, Nº 401, Centro, Cep: 39.540 – 000, São João do Paraíso – MG, Email: suzasjp@yahoo.com.br., Fone: (38) 9977 – 1940.
- **PROPRIEDADE** : Destilaria Meneghetti Ltda.
- **CNPJ** : 03.753733 / 0001 – 95 .
- **ENDEREÇO** : Rodovia LMG 623 Km 10.
- **ENDEREÇO / CORRESPONDÊNCIA** : Rua Afonso Batista, Nº 57, Centro, Cep: 39.540 – 000, São João do Paraíso – MG.

3 – PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO – PARECER 032/2003
PROCESSO 1352 / 2002 / 004 / 2011.



- **1 - Efluentes Líquidos Industriais e Sanitários:** Temperatura, PH, Vazão Média Diária DQO, Sólidos em Suspensão e Sólidos Sedimentáveis.

Resposta: Realizado todos os Procedimentos de Coleta e realizada todas as análises laboratoriais, conforme resultados anexos.

- **2 – Resíduos Sólidos:** Folhas de Eucalipto, Borra Preta, Papel e Papelão, Borracha, Óleo Lubrificante, Rebolos e Policorte, Vasilhames Vazios e EPI's usados.

Folhas de Eucalipto: É realizada a queima nas fomalhas e o restante distribuído no solo (Reutilização) como adubação de Cobertura nas áreas de Plantio de Eucalipto e Café.

Folhas de Eucalipto: Borra Preta e Hidrolato, reutilizados na Fertirrigação.

Papel e Papelão: É realizada a coleta mensalmente e entregue ao serviço de coleta de lixo, Aterro Sanitário do município.

Rebolos e Policorte e EPI usados: É realizada a coleta mensalmente e entregue ao serviço de coleta de lixo, Aterro Sanitário do município.

Vasilhames Vazios: É realizada a coleta mensalmente e entregue aos fornecedores.

- **3 – Emissões Atmosféricas:** Material Particulado.

Resposta: Será realizado novo procedimento de Coleta em Janeiro de 2.015, segue anexo, Relatórios anteriores.

- **4 – Solo Submetido à Fertirrigação:** Fertilidade dos Solo e Verificação de aspectos relacionados à Salinização do Solo, Toxidez e Patogenicidade e Efluentes Tratados.

Resposta: Todas as análises foram realizadas, segue anexo resultados laboratoriais.

Segue anexo as Planilhas dos relatórios que serão enviados mensalmente à SUPRAN – NM, à partir de Janeiro de 2.015.



2 – OBJETIVO PRINCIPAL:

- O presente projeto visa promover a implantação de um sistema de arborização e cortina verde ao redor do empreendimento mitigando os impactos visuais, sonoros e atmosféricos causados à população que transita na via de acesso que margeia o empreendimento.

A via de acesso interliga os municípios de São João do Paraíso – MG e Ninheira - MG.

O impacto visual e atmosférico é causado pela emissão atmosférica de fumaça e poluentes provenientes dos fornos de carbonização da caldeira, responsável pelo processo de destilação de óleo essencial do Eucalipto

3 – OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Melhorar o microclima da área do empreendimento;

Melhorar a qualidade do ar (fixação de carbono atmosférico, emissão de O₂, etc.) retendo parte da poluição gerada como o dióxido de enxofre (SO₂) , ozônio (O₃) e o flúor.

Diversificar a quantidade de espécies arbóreas;

Minimizar os níveis de ruídos produzidos pelo trânsito de máquinas e pelos funcionários do empreendimento;

Proporcionar melhor conforto térmico por meio de sombreamento considerando ser principalmente uma região de alta insolação com dias de chuva durante o ano;

Proporcionar alimentação a avifauna;

4 – JUSTIFICATIVA:

- Melhorar Além de atender uma solicitação exigida pelo órgão ambiental estadual (SUPRAMNM) o projeto não deixa de ser extrema importância por trazer benefícios não só a população que transita pelo local como também aos funcionários que trabalham no empreendimento pelos fatos acima citados.

5 – ESQUEMA DE PLANTIO:

- Na área margeando a Destilaria propõe que seja criada uma cortina arbórea com o objetivo principal de retenção de particulados emitidos pela praça de fornos de carbonização, a criação de barreira visual e sonora.

A cortina arbórea poderá também ser um atrativo para as espécies da fauna, acelerar o processo de regeneração natural e criar uma conexão de fragmentos florestais próximos funcionando como um corredor ecológico entre a mata ciliar da Lagoa (a ser recomposta) e a vegetação nativa do entorno.

Assim, o projeto prevê que não seja plantado somente uma variedade de espécie margeando a parte externa do empreendimento, mas sim que seja um feito um consorciamento silvicultural com espécies de pequeno a grande porte para chegar aos objetivos de mitigação dos impactos visuais, sonoros e atmosféricos (dispersão das emissões atmosféricas dos fornos de carbonização) gerados pelo empreendimento.

Desta forma, o projeto de arborização prevê que na parte externa e margeando (mostrado na imagem de satélite abaixo) a Destilaria seja implantada numa faixa de 30 metros uma cortina arbórea composta por pelo menos 3 espécies arbóreas nativas para cada porte indicado e que seja implantada também espécies arbustivas e subarbustivas.

As espécies arbóreas serão escolhidas em três diferentes portes (pequeno, médio e grande) dependendo do tamanho de cada uma. A espécie de pequeno porte deve começar da parte mais externa que margeia a Destilaria e a via de acesso partindo para a de grande porte na parte interna.

6 – COROAMENTO / COMBATE À FORMIGA / PRREPARO DO SOLO / COVEAMENTO E TRATOS CULTURAIS:

- Em relação as técnicas empregadas como coroamento, combate à formiga, preparo do solo, coveamento, plantio e tratos silviculturais de manutenção/replantio estes podem seguir as recomendações do PRTF.

Já em relação a adubação para uma cova com as dimensões de 60 x 60 x 60 cm, esta deve ser feita utilizando 300 g de Super Simples 5-15-10, 110 g de calcário dolomítico e 180 g de FTE (fritas). Os fertilizantes devem ser misturados de forma homogênea no solo de preenchimento.